

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ENEL

23.08.2023

* * *

- Abre a reunião o Sr. Thiago Auricchio

* * *

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pelo Ato nº 160, de 2023, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades e práticas abusivas cometidas pela Enel Distribuição São Paulo, na prestação de serviço de fornecimento de energia elétrica na Região Metropolitana de São Paulo. Investigando, em especial, no período de 2018 até 2023, as quedas de energia, cobrança de valores, atuação operacional, suporte aos consumidores e prefeituras, a execução da tarifa social, os contratos assinados, a execução dos investimentos e das obras previstas, bem como o estado de conservação da rede e infraestrutura de distribuição energética.

Registro aqui com muita alegria a presença dos nobres deputados Carlos Cezar, nosso vice-presidente Luiz Fernando Teixeira, deputado Luiz Claudio Marcolino, deputada relatora Carla Morando, deputado Sebastião Santos e deputado Eduardo Nóbrega. Solicito à secretaria a leitura da Ata da sessão anterior.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Pela ordem, deputada Carla Morando.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Dispensar a leitura da Ata, se for de acordo com os deputados.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Está dispensada a leitura, e fica considerada aprovada a Ata da 3ª Reunião desta CPI.

Esta reunião foi convocada com o objetivo de apreciar os itens da pauta previamente divulgados, e procedermos às oitivas do doutor senhor Marcus Vinicius Bonini, diretor-presidente da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo - Arsesp, e do senhor Marcos Roberto Lopomo, diretor de Regulação Técnica e Fiscalização dos Serviços de Energia da Arsesp. Eu passo a Presidência ao deputado Luiz Fernando Teixeira, pelos itens da pauta serem de minha autoria.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Luiz Fernando.

* * *

O SR. PRESIDENTE - LUIZ FERNANDO - PT - Muito obrigado, Sr. Presidente. Saudar a deputada Carla Morando, saudar os demais deputados, saudar a todos que nos acompanham. A pauta.

Item 1. Solicitante Thiago Auricchio. O objeto é o Requerimento nº 1904, de 2023, que propõe que seja requerida, ao diretor executivo do Procon, senhor Luiz Orsatti Filho, tendo em vista a oitiva realizada em 9 de agosto de 2023, a remessa à CPI, por escrito ou digitalizado, do levantamento de reclamações de consumidores contra a Enel, contendo as informações que especifica.

Em discussão o requerimento. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação o requerimento de autoria do deputado Thiago Auricchio. Os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento.

Item 2, também de autoria do presidente desta Comissão, o deputado Thiago Auricchio. O Requerimento nº 1907, de 2023, que propõe que seja feito o convite ao Exmo. Sr. Wadih Damous, secretário nacional do consumidor, para que compareça a esta CPI, ou envie representante da Secretaria Nacional do Consumidor, Senacon, a fim de contribuir na apuração de possíveis irregularidades e práticas abusivas cometidas pela Enel Distribuição São Paulo, na prestação de serviço de fornecimento de energia

elétrica na Região Metropolitana de São Paulo, trazendo informações e eventuais documentos que repute necessários à investigação realizada por esta Comissão.

Em discussão o requerimento. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação o requerimento. Os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento.

Devolvo a palavra ao nobre presidente.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Thiago Auricchio.

* * *

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Obrigado, deputado Luiz Fernando. Registro aqui também a deputada Monica Seixas do Movimento Pretas. E agora convido à mesa o senhor Marcus Vinicius Bonini, diretor-presidente da Arsesp. O senhor Marcus Bonini tem um extenso currículo.

É diretor de Regulação Técnica e Fiscalização Econômico-Financeira e de Mercados, e também diretor-presidente da Arsesp. Engenheiro eletricitista, com MBA em Energia pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, e extensões em Avaliação de Desempenho Financeiro pela FGV, e Marketing Executivo.

Possui 40 anos de experiência no mercado de energia. Tem trabalhado, antes da Arsesp, na Cesp, Agência para Aplicação de Energia, Grupo BG Comgás, e como consultor em energia, onde exerceu funções executivas em diversas áreas voltadas aos mercados de energia elétrica, óleo, gás e energias renováveis. Por favor, senhor Marcus Vinicius.

Também convido à mesa o senhor Marcos Lopomo. O senhor Marcos Lopomo é diretor na Diretoria de Regulação Técnica e Fiscalização dos serviços de Energia da Arsesp.

Engenheiro pela Universidade Mackenzie de São Paulo, possui mestrado em Energia e Sustentabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina, MBA em Gerência de Energia pela FGV Rio, extensão em Direito de Energia pela FGV São Paulo, experiência de 23 anos em atuação nos setores de energia elétrica e gás natural.

Por favor, com a palavra o senhor Marcus Bonini, e logo após o senhor Marcos Lopomo.

O SR. MARCUS VINICIUS BONINI - Muito bom dia. Nós agradecemos o convite do excelentíssimo deputado Thiago Auricchio, presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, na pessoa de quem saudamos todos os demais deputados aqui presentes.

Como nós temos um tempo bastante curto, eu gostaria de iniciar a apresentação. Nós trouxemos uma apresentação, se for possível colocá-la. Para quem não está habituado com a Arsesp, uma pequena introdução.

A Arsesp é uma autarquia multissetorial, que abrange o setor de Saneamento básico, com cinco prestadores de serviço, que são a Sabesp, a BRK Ambiental, Saneaqua, Águas de Cabralia, Águas de Piquete Iguá, abrangendo 352 municípios e 65% da população do estado de São Paulo.

Gás canalizado, com três concessionárias, 152 municípios atendidos. Energia elétrica, 645 municípios, sete distribuidoras, uma das quais é o motivo da nossa vinda aqui hoje. Recentemente, a Arsesp passou a regular e fiscalizar novos serviços, através de um decreto do governo, em que nós estamos recebendo parques, escolas, hospitais e habitação, fazendo a regulação e a fiscalização desses serviços.

Eu passo agora a palavra para o Marcos Lopomo, que é o diretor especialista. Ele é o responsável pela área de energia elétrica. Nós estamos totalmente à disposição desta Comissão.

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Bom dia a todos os deputados. Bom dia a todos os que estão acompanhando. Eu gostaria de começar pela competência da Arsesp, especificamente no setor de energia elétrica.

A Arsesp trabalha com convênios de delegação de competências com a Aneel. Esse convênio vem desde 99 ainda, a antiga CSPE. Passou por algumas alterações ao longo do tempo. E a documentação desse convênio não é apenas o convênio.

A gente, anualmente, renova os termos de referência e os produtos que serão realizados no ano subsequente. A cada final de ano é feita uma agenda de assuntos. Pode passar, por favor.

Esse convênio trata de distribuição e geração, aqui mais focado em distribuição. Nós tivemos, por exemplo, em 2022, 128 relatórios de análise e notas técnicas, no

Divisão de Registro de Pronunciamentos

âmbito desse convênio, sendo 26 relacionadas à Enel São Paulo. A Enel é uma concessão de 20 milhões de usuários que usufruem do serviço de energia.

Ela tem cerca de 20 milhões, em São Paulo, 7,6 milhões da Enel. Esses 7,6 milhões, por volta de mais de 20 milhões de habitantes atendidos pela Enel. Em São Paulo, são sete distribuidoras que a Arsesp fiscaliza, e 12 permissionárias. Pode passar, por favor.

O contrato com a Enel vigora até julho de 2028. É um contrato que deu início em 98 e vai até 2028. Nesse contrato, tem uma cláusula que se destaca, que é ampla liberdade na direção dos negócios, nos investimentos, na contratação de pessoal, tecnologia, e na observação de normas, regulamentos e instruções do poder concedente, que é a Aneel.

A distribuidora se obriga a adotar métodos operativos que garantam os níveis de regularidade, continuidade e eficiência. Quaisquer normas que a Aneel emite, após esse contrato, elas se aplicam, sendo parte desse contrato. Então, as normas iniciais do contrato, ao longo do processo, elas já foram alteradas, em especial as questões de qualidade. Eu vou demonstrar um pouquinho melhor mais para frente. Pode passar, por favor.

A fiscalização das distribuidoras segue a metodologia também da Aneel. Então, por força desse convênio, nós temos que seguir essa metodologia. É a denominada fiscalização responsiva. Ela vem desde 2016, e ela busca oportunizar à distribuidora que melhore os seus indicadores até que se chegue a um processo punitivo. Basicamente é isso, com algumas etapas.

O monitoramento é realizado pela Aneel, ele verifica a conformidade regulatória. Então os indicadores são monitorados lá pela agência federal, e disso se designam produtos. Essas análises são feitas pela Arsesp. O acompanhamento também dessas análises, depois da decorrência da melhoria desse processo, é pela Arsesp, e a ação fiscalizadora é realizada pela Aneel, podendo ser delegada à Arsesp.

Quais são os produtos para verificar isso? São os relatórios de desempenho da empresa, são as análises e, em se constatando problemas, planos de resultados que oportunizam a melhoria dos indicadores. Então o objetivo obviamente é que traga a melhoria ao serviço. Pode passar, por favor.

Nesse contexto dessa fiscalização, peguei aqui os últimos cinco anos que o ofício traz, de 2018 a 2022. Nós tivemos aqui a aplicação de algumas penalidades com valores que são vultuosos. Acho que não há setores talvez que tenham penalidades tão

Divisão de Registro de Pronunciamentos

elevadas e que, somadas às compensações feitas aos usuários por problemas de fornecimento nos últimos cinco anos, estamos falando de 443 milhões de reais.

Então as multas são aplicadas, objetos dos processos de fiscalização, e as compensações são mais automáticas. Se você tem a transgressão dos indicadores individuais dos usuários, ele recebe um desconto na própria fatura. No último ano, a penalidade aplicada foi de quase 96 milhões de reais, e a compensação, de 100 milhões de reais aos usuários. Por favor.

As temáticas que estão sujeitas aos planos de resultado são de 10 temas, que vão desde ressarcimento de danos, religações, ligações novas, enfim, tem uma temática vasta, mas eu deixei em destaque aqui as que estão em vermelho: continuidade, faturamento e estrutura de atendimento, que são as que estão atualmente sendo vistas. Então o monitoramento que a Aneel realiza identificou esses três temas como temas objeto de planos de resultados, ou seja, a empresa tem que oferecer soluções de melhoria nesses três pontos aqui. Pode seguir.

Aqui é para dar uma referência. Nós temos sete grandes distribuidoras em São Paulo, todas elas têm algum plano de resultado. Eu resolvi trazer essa informação porque eu acho que é importante que a gente não trabalha especificamente para a Enel, tem também outras distribuidoras, mas eu trouxe destaque aqui, em um primeiro acompanhamento desses planos...

Esses planos ainda não finalizaram, mas temos aqui, no caso da continuidade, no resultado parcial que é visto pelos conjuntos elétricos da distribuidora, basicamente a Enel, dentro de sua concessão, é dividida 143 conjuntos elétricos. Ela possui 69% desses conjuntos atendendo as suas metas regulatórias.

A meta para 2023 estabelecida pela Aneel é de atender 66% no ano de 2023, e essa meta diminui, ela aumenta, na verdade, a cada ano. Em 2024, vai para 71%; em 2025, para 77%; e, em 2026, para 80%. Então, em que pese neste ano de 2023 eles já estarem com os conjuntos atendendo as metas, eles precisam avançar ainda até 2026 em mais conjuntos.

Na questão de faturamento, a Enel ainda tem ali uma questão de reclamações procedentes que estão em valores que superam as metas estabelecidas, então a ideia é que ela reduza as reclamações procedentes, isso tanto para municípios quanto de forma geral, mas lembrando que este é um primeiro acompanhamento. Ela ainda tem um período para se adequar em relação a essas metas desse plano de resultados.

Divisão de Registro de Pronunciamentos

Na estrutura de atendimento, os indicadores globais identificam que o desempenho é satisfatório. Os municipais identificam um tempo de espera ainda com transgressão para um dos municípios, e aí se divide em municípios priorizados e não priorizados. A gente ainda encontra também falhas para a questão dos indicadores de atendimento em alguns municípios, lembrando, mais uma vez, que também é um processo que ainda possui um tempo para se encerrar, né?

Desses processos de plano de resultado, o não cumprimento deles leva a uma avaliação pela agência reguladora que pode resultar em penalidades. Pode mostrar, por favor. Este gráfico que eu trouxe é um acompanhamento que a Aneel faz dos planos de continuidade, e aqui se identificam todos aqueles 143 conjuntos elétricos ao longo do tempo.

No mês de junho, 74% desses conjuntos estão dentro das metas regulatórias. Isso, em 2021, era 46%. Então tem se constatado aqui um avanço, uma melhoria, mas ainda temos 26% dos conjuntos fora dos padrões regulatórios, isso para o indicador de DEC, que é a duração de interrupção por usuário médio da empresa. Pode passar, por favor.

Na frequência de interrupções, aí esses indicadores já performam de uma forma melhor. A gente tem aqui já em algum tempo o atendimento: 91% dos conjuntos atendem a frequência de interrupções; 9% não. Pode seguir, por favor.

Aqui eu já trago a evolução dos indicadores da empresa desde 2015. No início do contrato, a meta-padrão da empresa estabelecida era de 16 horas por ano por consumidor interrompido. Esses indicadores, em 2015, estavam muito elevados, muito acima da meta, e a gente agora vivencia um período, em 2022, de cumprimento da meta dos indicadores. Então é 6,36 versus 7,14.

Há um volume de indicadores que, pela regra, sofre o que a gente chama de expurgo, que é quando você tem os problemas de intempéries que ultrapassam os limites. Então é essa barra verde mais escura, mas o que se considera para efeito regulatório pela regra regulatória é a barra verde mais clara, de 6,36 versus 7,14. Essas metas que estão em laranja são decrescentes, então, para o ano que vem, ela cai mais um pouquinho, ela vai para 7,12. Próximo slide, por favor.

O próximo slide diz respeito ao... Esse é o... Um momentinho só. Ao FEC, à frequência. Então a frequência também, em 2015, a gente tinha problemas de não atendimento às metas. No início do contrato, era de 10 vezes interrompidos por ano;

Divisão de Registro de Pronunciamentos

atualmente está performando em 3,40 no indicador regulatório, que somo aqui com um de expurgo. Ainda assim, fica abaixo também da meta.

Isso obviamente são indicadores globais, então é uma média. Uma média não significa que todos estão sendo atendidos nesses níveis. Isso é importante dizer aqui, porque isso fica um pouco mais claro nos conjuntos elétricos, e aí os consumidores daqueles conjuntos com indicadores piores acabam percebendo uma pior qualidade.

Bom, aqui nós temos os indicadores Brasil. Achei importante trazer, porque eu vi aqui que as primeiras apresentações trouxeram bastantes comparativos, acho que é válido. Atualmente, no Brasil, as metas são de duração de 11,6 horas de interrupção - só para vocês terem como comparativo aqui em São Paulo -, e vem performando também abaixo a média Brasil.

Então o consumidor em média fica 10 horas e 56 minutos interrompidos por ano no Brasil e 5,37 vezes. O serviço ficou disponível em média 99,88% dentro do tempo ao usuário, e os consumidores receberam aproximadamente 783 milhões em compensação por ocorrências.

O próximo slide também é um slide que traz o DGC, desempenho global, que apresenta a Enel em 19º lugar. Essa já é uma outra informação que também a gente considera nas análises feitas, que é o desempenho da empresa versus a sua meta. Então todas as concessionárias que estão à esquerda, pintadas ali de verde, cumprem a sua meta, mas elas são ranqueadas basicamente pela razão entre a realização - que é o quanto tempo fica interrompido o usuário - versus a sua meta.

Aqui, como exemplo da Enel, no DEC, o usuário ficou 6,36 horas em média interrompido para uma meta de 7,14 e 3,4 vezes para uma meta de 4,92. Não significa que os usuários das concessões que estão melhor ranqueadas tenham ficado menos tempo; eles simplesmente, em relação à meta, estão performando melhor, então essa é uma informação válida.

Ainda assim, é bom dizer que os contratos de São Paulo, todos eles, possuem metas muito mais arrojadas para serem cumpridas, e acho que é natural para um estado como São Paulo que seja assim, tanto pela densidade dos seus clientes quanto realmente o rigor que eu acho que temos que ter aqui no estado. Pode seguir.

Aqui eu já faço um ranqueamento das horas e da frequência versus todas as concessões do País. Então é importante dizer que, em São Paulo, as sete distribuidoras do estado estão entre os 10 menos interrompidos e os 10 menos frequentes. Mais uma vez, dados médios, então é importante ressaltar. Pode seguir.

Divisão de Registro de Pronunciamentos

E aí, como são dados médios, nós trouxemos aqui as informações de reclamações. Esses são dados públicos também. A gente tem... A Enel publica um site com todos os relatórios de desempenho das empresas, esses dados são públicos.

Em reclamações, a curva de cima ali demonstra o avanço de reclamações. Depois ela cai um pouquinho para 2022 e 2020, muito decorrente daqueles problemas vivenciados durante a pandemia, sendo que a interrupção do fornecimento aparece como o caso mais frequente, ainda com aquele problema, entre 70 e 90% das reclamações em primeira instância.

Ou seja, aquele cliente que liga na concessionária, ele liga por problema de interrupção do fornecimento. Quando você passa para a visualização da ouvidoria da distribuidora, aí o faturamento é a principal reclamação...

Porque a interrupção é algo mais momentâneo, ele não volta a retornar a ligação para a ouvidoria. Isso cai substancialmente, mas quando chega na ouvidoria da Aneel, uma ouvidoria setorial, é um canal disponibilizado, a gente tem um pouquinho de avanço de novo na interrupção de fornecimento, mas ainda assim há um predomínio de faturamento ao longo do tempo, e uma queda em 2022 do faturamento, que fez com que outras demandas até superassem um pouco.

Mas dá para ver ali do ano de 2020 que os problemas de faturamento têm um avanço um pouco maior. Próximo slide. Uma outra informação também que a gente considera muito, até por conta de aqueles planos de resultado e de os indicadores médios não apresentarem uma visualização de contexto mais regional: a Arsesp tem implementado o atendimento a demandas a órgãos externos.

Então, temos aqui a própria Alesp demandando a Arsesp, Ministérios Públicos. Prefeituras, Câmaras, municípios, e essas demandas são todas tratadas pela agência. Nós acionamos a empresa em relação a todas essas demandas, e eventualmente isso motiva relatórios de análise e muitas fiscalizações que realizamos com base nelas.

Essas demandas, elas têm sido crescentes. O gráfico demonstra ali que esse processo está em crescimento. Então, isso identifica que existem reclamações, para a gente é importante, e o principal tema é queda de energia, 58% dessas demandas que chegam são relacionadas a problemas de fornecimento.

Então, o que fizemos com essas demandas? Pode passar, por favor. Nós temos atualmente 16 planos com a Enel para melhoria de qualidade em municípios. Então aqui nós temos diversos municípios da concessão da empresa, com planos em andamento, previsão de conclusão que vai aí entre setembro e dezembro deste ano. Isso a gente

Divisão de Registro de Pronunciamentos

pegou as demandas em aberto. Obviamente já tem alguns anos que a gente trabalha e demandas fechadas. Essas são as demandas em aberto.

Só mais uma coisa. Também temos outros cinco planos em 22 subestações e um plano em oito alimentadores. Essa é uma outra forma como a gente vem realizando fiscalizações, porque a gente consegue capilarizar um pouco mais a visão da qualidade. Então, são cinco planos. Fizemos aí 22 fiscalizações de subestações e oito em alimentadores nos anos de 2022 e 2023 na Enel São Paulo.

Próximo. Temos também um plano específico para a região do ABC Paulista. A Enel apresentou esse plano em maio, e ela deve realizar as ações desse plano até dezembro. Na região do ABC, nós temos ali, são 24 conjuntos elétricos, e temos alguns que performam acima do seu indicador em até 20% e dois que são mais críticos. Conjunto Meninos e Vitória, no caso do DEC e o Alvarenga no caso do FEC.

Então, qual é o compromisso da empresa? É um compromisso de investimentos na instalação de religadoras automáticas, uma melhor automação da rede, manutenção de 3.500 pontos, 56.000 podas, e os investimentos da ordem de 26 milhões de reais. Isso naqueles conjuntos prioritários, que são esses críticos, o Alvarenga, Meninos e Vitória. A manutenção representa 73% do compromisso firmado por esse plano, as podas, 18% e investimento, 29 por cento.

Temos mais algumas obras priorizadas aqui, uma visão por município, até com a identificação dos locais, das ruas, avenidas. Esse plano foi apresentado em março. Os acompanhamentos já foram feitos, o primeiro em maio, o segundo em julho e o terceiro em agosto. Previstos outros acompanhamentos, até a gente ter a execução de todas essas ações, que esperamos que permita aí a redução dos indicadores, e que todos os conjuntos venham para o seu nível de atendimento dentro do padrão. Consequentemente também deve-se verificar uma melhoria de qualidade, mesmo nas regiões mais regionalizadas.

Além disso, eu trouxe aqui também. A Arsesp tem um entendimento, o contrato firmado pelas empresas de distribuição é um contrato da década de 90, e esse contrato... A energia elétrica, o setor de distribuição, ele mudou bastante. Então, foi aberta uma consulta pública para as concessões que estão vencendo agora nessa década, e a Arsesp fez a sua contribuição.

A gente pode, acho que até para não ocupar muito tempo, depois entrar no detalhe dessas contribuições, mas basicamente são melhorias de indicadores dentro do contrato, que permitam uma visão um pouco mais próxima do usuário, saindo um pouco

Divisão de Registro de Pronunciamentos

dessa visão de média, mas chegando mais próximo do usuário. Entre outras contribuições, a gente tem também a questão de gestão arbórea, para que se estabeleçam convênios com as prefeituras. Acho que tem outros avanços que trazem consequências positivas.

Pode passar, Eduardo. Então, e esse material vai ficar disponibilizado também para os senhores. Pode passar. Deixaremos um material orientativo sobre vários temas para esta CPI. Então, em relação ao contrato, atuação operacional, cobrança de valores, podas, obras, investimento e tarifa social de energia elétrica. É um material complementar, que é a cópia do convênio da Arsesp com a Aneel. A informação do plano do ABC, e essas contribuições ao MME, além de cartilhas que Arsesp também tem seu site - deixaremos aqui - que falam sobre ressarcimento de danos, estruturas de atendimento, iluminação pública, tarifas de fornecimento e continuidade de fornecimento.

Por favor, Eduardo. E eu gostaria, só de complementar uma informação sobre investimentos, que acho que o colega especialista trouxe uma informação que ia até o ano de 2021, mas eu deixo também a projeção dos investimentos para os próximos anos. Esse material também é público, e eu deixo aqui na apresentação para complementar o material do colega que esteve aqui na primeira sessão, o especialista em energia.

É isso. Agradeço a oportunidade e fico à disposição para as perguntas.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Pela ordem, deputado Luiz Fernando.

O SR. LUIZ FERNANDO - PT - Sr. Presidente, queria. Saudar o Sr. Marcos Bonini e também Marcos Lopomo. Agradecer a vocês pela presença, e eu tenho algumas questões, Marcos Lopomo. Se me permitir, vou te chamar de Lopomo, até para diferenciar.

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Por favor, por favor, todos me chamam.

O SR. LUIZ FERNANDO - PT - Nós temos recebido, e não só no ABC, mas de vários municípios da grande São Paulo, uma série de reclamações sobre o contrato da

Divisão de Registro de Pronunciamentos

Enel. Óbvio que a gente tem recebido também em outras regiões do estado várias reclamações sobre outras concessionárias. Não à toa, nós somos radicalmente contra a privatização, e temos certeza que, se acontecer a da Sabesp, vai ser muito pior do que efetivamente os problemas que a gente traz hoje, que fazem, inclusive, acontecer uma CPI nesta Casa.

Me preocupa porque as reclamações são inúmeras, e a gente conhece as reclamações, e de algumas delas nós somos vítimas, e ao mesmo tempo a gente analisa, vê os gráficos de quem fiscaliza, dizendo que está tudo dentro dos parâmetros.

Ora, primeira pergunta que eu queria lhe fazer, Marcos. Quem fixou esses parâmetros? Por quê? Porque é fato que a sua demonstração nos faz crer, deputados, que está tudo certo, e o serviço a gente sabe que não está certo. Eu, particularmente, acho que houve um erro grave, e eu queria saber dos senhores. Quem é que estabeleceu essas metas? Quem é que concebeu esse edital, definindo, estipulando isso?

Porque eu penso que nós, paulistas, não estamos sendo vítimas do concessionário “a”, “b”, “c” ou “d”, porque todos eles têm problema. Todos nós somos deputados estaduais, e militamos no estado todo. Eu acho que nós somos vítimas do estado, que fez uma privatização da pior do mundo, definiu parâmetros que deixaram a população, o consumidor, o empresário, a indústria, enfim, a dona Maria sem atendimento. Contas absurdas. Contas caríssimas, e a Casa hoje tira uma série de deputados e deputadas, para podermos fiscalizar a má prestação e tal.

Mas todos os parâmetros trazidos pelo senhor, Dr. Lopomo, mostram que está tudo dentro da lei, está dentro da regra. A primeira pergunta que eu lhe fiz foi o seguinte, quem estabeleceu essas metas? Segundo. Quem concebeu essa...? Eu sei que o senhor é posterior a isso, tanto o senhor como o presidente, Bonini, são posteriores a essa privatização que aconteceu.

Eu queria saber quem concebeu, porque, pelo que fica claro aqui nesta Casa hoje, a empresa está dentro das metas. Problema, as metas são muito flexíveis. Por mais que São Paulo trabalhe com as melhores metas e com as menores metas, mas resta claro que a empresa parece-nos, e eu queria saber... A terceira pergunta ao senhor. Está cumprindo o contrato? Ela está cumprindo o contrato, ou é caso de rescisão deste contrato?

Porque nós estamos aqui não para defender a empresa. Nós estamos aqui para defender o consumidor. E aí, se estiver fora do contrato, nós temos que lutar, ir ao

Ministério Público, pela rescisão deste contrato. Porque há problemas graves de interrupção, de demora na religação.

Ontem eu recebi uma reclamação - é um parênteses - da Elektro, na grande Águas da Prata. É um município que vale a pena vocês conhecerem. Só produz coisas boas ali. E o que acontece? A rádio da cidade ficou cinco dias desligada, uma rádio que tem uma audiência fantástica, porque roubaram o equipamento da Eletro e ela não tinha para repor. Cinco dias! Então, existem problemas graves e tal.

Eu penso que, assim, talvez, pelo que estou sentindo, não estou concluindo nada, vamos ter que ainda sentar, colher várias informações e esmiuçar, mas eu acho, até estou convicto de que o grande culpado disso, Dr. Eduardo, é o estado, que fez uma privatização no joelho e que hoje quem paga caro é a indústria, o comércio, mas, sobretudo, as pessoas físicas do nosso estado. Então, são as perguntas que eu queria fazer.

E por último: o senhor trouxe um problema. Em São Bernardo do Campo, município pelo qual eu venho candidato a deputado pela terceira vez, nós temos um problema grave. Eu morei em um determinado bairro, deputado Carlos Cezar, chamado... Que por acaso é o bairro onde mora o prefeito da cidade.

Uma série de reclamações. Na entrada da cidade, uma série de reclamações e nós chamamos a concessionária e os munícipes. Convidamos a deputada Carla Morando, que mandou representante e tal, para ver qual é o problema. E o que foi dito ali para nós, Lopomo? Que o grande problema é que o prefeito não autoriza as podas. E ali balançou fio no meio da árvore, vai, por segurança, interromper o serviço, porque entra em curto e isso pode trazer transtornos maiores.

Eu queria perguntar ao senhor se pode ser real essa questão. Queria pedir, como deputado e presidente da Comissão de Infraestrutura, que fiscaliza a Arsesp, que vocês entrem ali em prol da população, porque ou a Enel está errada ou o prefeito da cidade também é o grande causador de muitos apagões ali.

Já teve apagão na Saúde, apagão na moradia, apagão inclusive na moralidade ali, denunciado por vários problemas de corrupção, vários processos têm ali, várias denúncias que aconteceram, foi denunciado pelo próprio Ministério Público, mas tem apagões vários. Agora, seria esse apagão de energia elétrica também causado pelo prefeito municipal? Porque o que a empresa nos diz...

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Pela ordem, presidente. É só para pedir para que o deputado se mantenha dentro foco, que é a CPI da Enel.

O SR. LUIZ FERNANDO - PT - Estou com a palavra, presidente. Estou com a palavra.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Deixe o deputado concluir, deputada Carla. Depois eu passo a palavra...

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - E não continuar com ataques à prefeitura, já que ele é candidato a prefeito na cidade. Então, continue no foco, por favor.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Vamos deixar o deputado concluir e depois a deputada é a próxima inscrita.

O SR. LUIZ FERNANDO - PT - Sr. Presidente, me perdoem todos que estão assistindo, mas isso é hábito. É hábito.

Mas o que eu quero dizer, Sr. Presidente? Ali a gente vem sofrendo muito. Muito. E quando juntamos a Enel, moradores, a grande argumentação da Enel é que a legislação da cidade não os permite entrar com a poda. E que, quando a Enel busca esse apoio, essa facilitação, o prefeito de São Bernardo não o faz.

Eu pergunto se isso é uma questão que já chegou a vocês, se a concessionária trouxe a vocês as dificuldades com as podas na cidade, se é uma desculpa esfarrapada da concessionária, ou se o prefeito, de fato, também está trazendo um apagão na área da energia elétrica.

Era isso, Sr. Presidente, que eu queria trazer. aguardo o seu posicionamento, Lopomo.

Muito obrigado.

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Sobre a questão do contrato e de quem fixou os parâmetros: os parâmetros estabelecidos em contrato já foram alterados ao longo dos processos de revisão tarifária e da regulação da Aneel. Já não são os mesmos, tivemos muitos avanços. Esses parâmetros são estabelecidos a cada cinco

Divisão de Registro de Pronunciamentos

anos, as metas que as concessionárias precisam cumprir no seu contrato, junto com o momento da revisão da tarifa.

Então, não dá mais para considerar aqueles valores estabelecidos. Como eu trouxe no gráfico, eram muito superiores às metas atuais e aí a gente está falando obviamente das metas coletivas. Esse é um ponto que o Sr. Deputado tocou bem.

Realmente, os gráficos onde temos as metas coletivas, eles demonstram o cumprimento, mas os valores de compensações a usuários e mesmo as multas de penalidade demonstram que outros indicadores, não. Então, as compensações aos usuários são basicamente voltadas a indicadores individuais. Se um indivíduo, se um consumidor fica sem energia por determinada quantidade de horas que supera a sua meta individual, ele recebe uma compensação. Então, não significa absolutamente que todos os indicadores estão sendo cumpridos. Caso contrário, não teríamos compensações, não teríamos multas e não teríamos os próprios planos, que são aqui estabelecidos.

Então, é um rol de indicadores. Não são apenas os indicadores médios e gerais da concessão. Então, quem fixa, basicamente, hoje, é a Aneel, agência federal.

O SR. LUIZ FERNANDO - PT - Só para entender: quem fixou então esses parâmetros não foi a Arsesp, não foi o estado de São Paulo, quando fez a licitação? Foi a Aneel?

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Não, foi a Aneel. O serviço é um serviço federal. Nós atuamos aqui com convênio de cooperação, pela proximidade, obviamente, de estar dentro do estado, sob produtos regidos dentro desse convênio. Então, temos uma equipe de profissionais que atuam na execução desses produtos. Esses produtos são todos obviamente acordados no final do ano, mas basicamente vem das diretrizes do monitoramento que é feito também pela agência federal. Então, ele é feito na esfera federal hoje, quais as metas que as distribuidoras do país inteiro precisam cumprir.

O SR. MARCUS VINICIUS VAZ BONINI - Só um complemento. É muito importante que isso fique extremamente claro, porque não depende da Arsesp, o estabelecimento das metas. Então, é muito importante que esta Casa nos ajude, porque a

Arsesp tem um convênio com a Aneel. E aí nós sabemos que nós temos condições de ter um trabalho, um serviço mais amplo.

Agora, neste momento, quer dizer, tanto as metas de cumprimento que obviamente, quando se fala de média, sempre alguém acaba sendo prejudicado, alguém, quer dizer... Está cumprindo a média? Mas não está todo mundo. Então, para que essas metas sejam mais apertadas, mais rígidas, tem um papel muito importante desta Casa, porque a Arsesp não consegue definir quais seriam os patamares ideais para essas metas, assim como ela recebe pacotes de contratação.

Então, nós dependemos, nesse caso, diferentemente do gás e do saneamento, onde as metas, os ganhos de eficiência, os atendimentos passam, sim, pela Arsesp. Então, de qualquer maneira, já fica desde já e... Acho que é importante você falar da (Fala fora do microfone.)

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Sim, vou comentar.

O SR. MARCUS VINICIUS VAZ BONINI - É muito importante o apoio desta Casa para que a Arsesp possa prestar o melhor serviço possível, mas, desde já, é muito importante dizer também que nós estamos fazendo... Desculpa, Lopomo, mas nós estamos fazendo um trabalho muito amíúde com a Enel, pegando principalmente as áreas mais afetadas, fazendo reuniões, trazendo o presidente e toda diretoria, olhando exatamente, circuito a circuito, onde estão os problemas e isso está sendo tratado.

Não viemos aqui para apresentar estatística. Viemos aqui para mostrar também os dados, para dar um conhecimento geral, mas para mostrar o trabalho que está sendo efetivamente realizado e que nós estamos participando intensamente junto com a diretoria da Enel. Está sendo cobrado, a gente está recebendo os relatórios. Hoje mesmo recebemos o último relatório. Então, é muito importante que estejamos juntos nesse processo.

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Eu gostaria de complementar aqui. Eu passei rapidamente ali a questão da consulta pública da renovação das concessões. O Ministério de Minas e Energia abriu em julho essa consulta pública. A Arsesp, diante do conhecimento que tem de muitos anos - os profissionais são superexperientes -, elaborou uma série de contribuições ao contrato, objetivando que o usuário, não pela média, mas o indivíduo... Que a gente consiga chegar mais próximo do indivíduo.

Então, para dar alguns exemplos: que se estabeleça um limite de tempo de interrupção individual para que aquele atendimento seja prioritário, ainda que seja um usuário; metas de tempo médio de atendimento emergencial. Nós temos os indicadores hoje. Não temos as metas. Então, a criação dessas metas diante de um histórico é factível. Metas de qualidade por município. Nós temos, no caso, por exemplo, do ABC, temos mais conjuntos elétricos do que municípios, mas existem cidades às vezes que estão dentro de um conjunto elétrico e é importante para aquele munícipe conhecer: “Qual é o meu indicador aqui?”. Então, fizemos também essa contribuição, entre outras.

Um dos assuntos, um dos temas até abordado aqui pelo deputado, a questão da vegetação, da poda. Nessa consulta pública, nós colocamos aqui para que se estabeleçam nesses contratos a implementação de convênios de gestão arbórea com os municípios. Essa obrigação não existe hoje.

O que é a questão arbórea para uma concessionária de energia? É o convívio da arborização com o meio elétrico, que são fios. Esse convívio existe. Dificilmente a gente consegue superar essa questão da fiação em um curto prazo, pelos investimentos que estariam atrelados. Então, esse convívio é necessário. Esse diálogo entre municípios e concessionária é necessário para que se estabeleça esse convênio.

Em São Paulo, na cidade de São Paulo, a gente já tem conhecimento de um convênio com a Enel e que, pela minha experiência nesses anos de agência, tem ido bem, porque casos de São Paulo não são uma rotina. No que consiste esse convênio? Desde fazer os agendamentos das podas até a coleta do resíduo: quem faz, como fazer essa coleta. Então, é importante que todos os municípios - não só da concessão da Enel, todos os municípios do estado - busquem as concessionárias para estabelecer esses convênios, porque são procedimentos de como atuar.

Caso contrário, a gente vivencia um problema com o munícipe e o usuário, que é a mesma pessoa, que vai ficar brava com a concessionária e vai ficar brava com o município.

Então, um caminho que a gente sempre busca identificar é: busquem a distribuidora para os municípios e as distribuidoras busquem o município. Estabeleçam esse diálogo para que se estabeleça o convênio, porque existe aí, sim, uma questão de competência na questão arbórea, e de uma... diria que uma obrigação da distribuidora, porque ela precisa não ter esse contato direto com a sua fiação para ter um melhor serviço prestado.

O SR. LUIZ FERNANDO - PT - Eu... A última pergunta que eu fiz, o senhor não me respondeu. Se a Arsesp conhece esse dilema entre concessionária e município e prefeitura em relação às podas de árvore e de quem é essa obrigação de podar, se é da empresa ou se é da prefeitura, quem é que tem no contrato... pois o senhor também...

Na primeira pergunta, disse: “está cumprindo o contrato ou não?”, também não respondeu.

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Está cumprindo nos parâmetros médios, nos parâmetros individuais, obviamente para grande parte dos usuários, sim. Mas uma parte, não, e são compensados. E também existem muitas muito relacionadas ao descumprimento de percentual de conjuntos elétricos, que agora têm uma meta.

Com relação à questão arbórea, a competência de gestão arbórea é de qualquer município. O que ocorre é que, quando você tem uma árvore próxima a uma rede de energia elétrica, por questões de segurança, tem que se fazer o contato com a distribuidora. Caso contrário, você pode ter um risco ali, porque somente os profissionais de uma distribuidora detêm a competência de fazer aquele serviço sem correr um risco de vida.

Então, no caso de árvores que estão convivendo com fiação elétrica, essa competência precisa também passar pela distribuidora para que a gente não tenha um problema, que é basicamente de segurança.

E, com relação a demandas de munícipes, por exemplo, se ele reclama de uma... “Ah, preciso cortar uma árvore aqui ao lado de casa, que está tocando a rede”, isso é, ou deve ser, direcionado à distribuidora de energia elétrica para que a gente não tenha um problema de segurança.

E a distribuidora, sim, vai fazer esse serviço. Para ela é até interessante, porque é alguém informando que tem algo em contato com a rede dela e pode, ao fazer um serviço desse de forma programada, evitar uma situação emergencial, que é a mais crítica de se fazer um atendimento.

Então, existe uma competência dividida, deputado. A questão arbórea, do ponto de vista legal, é do município e, quando tem a questão da fiação elétrica próxima, em contato, passa pela distribuidora. Espero ter respondido.

O SR. LUIZ FERNANDO - PT - Não. Eu perguntei para o senhor se a Arsesp conhece o problema...

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - De São Bernardo?

O SR. LUIZ FERNANDO - PT - De São Bernardo, entre funcionário e prefeitura.

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Eu acho que a questão arbórea, não. Que eu me recordo, ela não chegou para Arsesp para a questão arbórea. Eu precisaria retornar. Já tivemos aí algum tipo de contato em relação a outras questões, problemas acho que talvez de iluminação pública, e que a Arsesp teve alguma participação, e foi dada a solução, até onde temos informação.

O SR. LUIZ FERNANDO - PT - Obrigado.

O SR. MARCUS VINICIUS VAZ BONINI - Mas, só aproveitando... Perdão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Por favor.

O SR. MARCUS VINICIUS VAZ BONINI - Desde já, nós colocamos... Como existe essa interveniência entre concessionárias e municípios, a Arsesp se coloca à disposição para fazer um meio campo mesmo na busca desses convênios, no sentido de colocar os municípios e as distribuidoras dentro de uma mesma linha de operação, para que se tenha eficiência e garantia de segurança.

Colocamo-nos aqui à disposição.

O SR. LUIZ FERNANDO - PT - Eu queria, presidente Bonini, que o senhor convidasse a empresa para entender o que eu...

Acho que todos temos fé pública, todos falam a verdade até segundo momento. O que nós ouvimos é que há realmente, em São Bernardo, um problema entre concessionária e município por conta da legislação, que é importante no município em defesa do Meio Ambiente - inclusive das árvores - e está tendo esse problema. E esse é um dos principais problemas, pela interrupção do serviço de energia lá.

Queria pedir a vocês, da Arsesp, que pudessem intermediar e entender, porque se não for isso, aí a empresa realmente está a faltar. Se for isso, acho que não precisamos ajudar nessa relação. O prefeito lá é muito difícil de trato, mas para que a população possa ter energia regular nas suas casas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Pela ordem, deputada Carla.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Bom, muito obrigada. Iniciar os trabalhos e ter essa explanação foi bastante importante, então agradecer ao Sr. Marcus Bonini, diretor-presidente, também ao Sr. Marcos Lopomo, que é técnico e também diretor na Arsesp.

Eu tenho diversas perguntas, eu acho que vai ser melhor eu fazer uma e esperar resposta, porque senão acho que vai ser meio complicado, porque tem bastante coisa que eu tenho que perguntar. Então, acho que vai ser mais fácil.

Primeira coisa é dizer que, desses gráficos que foram apresentados, 26% deles estão fora do padrão. Quais são? O senhor poderia nos enviar todo esse material para que a gente possa ter aí junto a todo nosso estudo para o relatório final?

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Sim, claro.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Outra coisa: como são processados os registros de reclamação dos consumidores junto à Arsesp? Em especial, com relação à prestação de serviços de energia elétrica da empresa Enel no estado de São Paulo.

Nós tivemos aqui o pessoal do Procon, e eles disseram que têm algumas reclamações. Têm, também, reclamações junto à Arsesp e têm reclamações junto à Aneel. Além da concessionária, que, na verdade, acho que a maior quantidade é diretamente na distribuidora.

Existe algum compilado que junte todos esses dados e que possa trazer todas as reclamações efetivamente em todas as esferas, ou tem que ser tudo buscado individualmente?

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Existe o... Estatisticamente, os números são muito grandes, esses números. Como mostrei no gráfico, a ordem de grandeza de volume de reclamações não é pequena.

Nós temos, no setor elétrico, uma forma de atendimento setorial que é denominada “Caminho do Entendimento”. Isso é estabelecido pela Aneel, passa... primeiro nível, vai para a concessionária; ouvidoria da concessionária; depois, agência reguladora. Esse atendimento hoje é feito pela Aneel, o atendimento ao usuário de forma setorial.

Claro, a Arsesp possui também uma ouvidoria e reclamações que entram pela Arsesp a gente alimenta nesse sistema para que a gente tenha a performance toda das distribuidoras, independente do canal.

Eles, então, são processados hoje pela Aneel e esses dados, consolidados de indicadores de atendimento, são públicos, são relatórios que... tem lá uma página da internet da Aneel de relatórios onde é possível ver.

Caso você precise de um caso específico, aí tem que buscar, realmente. Precisa do protocolo, é necessário o protocolo para que se consiga verificar caso a caso. Muitos casos entram dessa forma para a gente. A gente, com o protocolo, consegue acessar a distribuidora e conseguir o material relativo especificamente a um caso.

Então, essa é a forma como a prestação de atendimento é feita aos usuários hoje no setor elétrico.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - No caso da Aneel, o consumidor, antes de entrar em contato com a Aneel, obrigatoriamente precisa entrar em contato com a distribuidora para ter ali um número de protocolo. E, quando o consumidor não consegue falar com a distribuidora, ele também não consegue falar com a Aneel, porque um depende do outro.

Então, existe ali também uma perda muito grande, porque muita gente não reclama, porque é uma dificuldade imensa, e acaba tendo, aí, uma subnotificação das reclamações, acho que em queda de energia, até porque a pessoa: “Ah, vou esperar um pouquinho e tal”, aí acaba não reclamando ou outras que cansam de esperar e desistem também.

Então, meio que para entender como que a gente pode compilar todos esses dados de reclamação de todas as esferas: desde agências, desde Procon, enfim, tudo isso. Mas, ok.

Com qual frequência a Aneel envia as notificações para a Arsesp a respeito das reclamações recebidas por consumidores, notadamente com relação à prestação de serviços de energia elétrica da empresa Enel no estado de São Paulo? E como são processadas essas informações entre as agências reguladoras?

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Nós temos... Para o trabalho de fiscalização específico, isso aparece no monitoramento em produtos que são idealizados anualmente. O processamento dessas informações, os relatórios, nós temos acesso também. Nós temos, no nosso próprio serviço de atendimento ao usuário, acesso aos números.

Então, se eventualmente a gente tem grandes avanços de apuração para um determinado assunto, a gente consegue atuar; mas são consolidados, não são reclamações específicas. Reclamações específicas podem aparecer por outros meios, por exemplo, um usuário que não se sente bem atendido e abre um processo administrativo do caso. Esse processo administrativo vira realmente um processo dentro da agência, e é tratado até por nós da área técnica, avaliamos e verificamos se regulatoriamente está atendendo.

A gente tem acesso a esses relatórios, não tem um envio específico das informações, nós conseguimos acessar. De qualquer forma, o envio específico para efeito de fiscalização, ele se dá no compromisso anual de trabalho. E temos os casos de entradas de demandas, que eventualmente venham ou de forma coletiva, ou por meio da própria Assembleia, de um município, do Ministério Público.

Aí sim, esse caso entra diretamente na Arsesp, se vai para Aneel, eles direcionam para a gente esse tipo de situação, fazemos a análise e, por muitas vezes, fiscalizações relativas a esses casos.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Então na verdade, os dados a que vocês têm acesso são os mesmos dados que qualquer cidadão também tem, que é no site da Aneel, é esse?

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - No relatório (Inaudível.) consolidado, sim, nós temos. Obviamente que a gente, para identificar um caso específico de um usuário, tem um acesso diferenciado, temos uma área lá, que em um

convênio com a Superintendência de Mediação Administrativa da Aneel permite que a gente acesse a reclamação daquele usuário nos canais de ouvidoria setorial.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - A Arsesp realiza fiscalização em campo, em especial, com relação a prestação de serviços de energia elétrica da empresa Enel no estado de São Paulo. Como é o procedimento de fiscalização?

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Realizamos. Temos fiscalizações de campo, que são decorrentes com o contrato ordinário com a Aneel, por exemplo, eles fazem um monitoramento de indicadores, isso desde o ano passado. Indicam para a gente: “olha, fiscalize essa subestação, essa, essa e essa, no município tal, porque ela está com um indicar um pouco pior”, e redes de distribuição, que são aquelas redes que saem das subestações.

As fiscalizações de campo identificam problemas de manutenção, desde problemas técnicos, obviamente, postes, isoladores, fios, vegetação que está próxima. Elas geram relatórios, as concessionárias, com esses relatórios, fazem as melhorias daquele alimentador ou daquela subestação e nos encaminha de volta. Esse é um processo.

O outro é por demandas, então muitas das demandas que chegam motivam fiscalizações de campo, fiscalizações de rede de distribuição de subestações, e, da mesma forma, a gente procede com envio para as distribuidoras para regularização daqueles pontos encontrados.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Qual é o efetivo de fiscais de que a Arsesp dispõe para fiscalização em campo, notadamente, com relação com a prestação de serviços de energia elétrica?

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Aproximadamente 24 fiscais hoje.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Acha suficiente esse número? Ou isso é por conta do tamanho do convênio?

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - É por conta do tamanho do convênio. Hoje, temos uma grande parte desse quadro... É um quadro efetivo, é um

quadro da Casa, mas atrelado a esse convênio. Esse convênio funciona como? Diante dos trabalhos executados, há um recebimento de valores, que pagam nosso homem-hora.

Então é importante que qualquer acréscimo de quadro na fiscalização seja acompanhado, também, de um convênio de valores maiores. Eu diria que hoje a gente tem, realmente, uma operação muito forte com esses funcionários, com esse quadro. Ampliar a atuação de fiscalizações de campo, realmente, necessitaria de um quadro um pouco maior.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Está certo.

O SR. PRESIDENTE - THIACO AURICCHIO - PL - Então, hoje, ele é insuficiente? Esse...

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Insuficiente...

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Veja, para atender o convênio da forma como está, não. Para ampliar as fiscalizações em campo, seria insuficiente.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - A Aneel participa dos processos de fiscalização, in loco, realizados pela Arsesp? Qual é o procedimento adotado entre as duas agências nesse caso?

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Comumente, não, ela não participa dos processos aqui. Eventualmente, se em um ou outro caso nós tivemos a participação da Aneel, ou acompanhamos a Aneel em algumas fiscalizações, especialmente, de rede aéreas de subtransmissão, mas as redes de distribuição são feitas pelas Arsesp mesmo, nós temos um quadro muito, muito experiente na agência, profissionais que trabalham com o setor elétrico, alguns...

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Que são esses vinte e quatro?

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - É. Alguns com 40 anos de setor elétrico.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Perfeito. Quantas fiscalizações a Arsesp já realizou durante o contrato de concessão da empresa Enel, no estado de São Paulo, para apurar as reclamações de consumidores relativas à falha de prestação de serviços?

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Eu não tenho esse número aqui, mas são muitas, certamente nós temos muita atuação.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Se o senhor puder depois nos encaminhar, eu agradeço. Quais são as principais ocorrências registradas em relação a prestação de serviços de energia elétrica?

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - As principais ocorrências?

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Por falta de energia.

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - De energia pelo gráfico, não é?

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - É, mas aí é, por conta da falta de investimento em subestação, por conta da fiação, por poda, o que é?

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Não... O principal motivador do grande volume de ocorrências - por ser rede aérea - é a questão de intempéries, é esse que traz o caso mais emergencial, ou seja, ventos, basicamente, acompanhados de chuvas.

Isso pode ter uma consequência por um problema de manutenção? Claro, pode ter, mas há no setor de energia elétrica uma possibilidade de interrupção; a não possibilidade motivaria, por exemplo, uma rede com uma robustez, que teria um custo muito elevado. Então o serviço é considerado interruptível. Quando a gente fiscaliza, o que observamos nessas fiscalizações são alguns problemas de manutenção, você pode ter lá um poste que não está mais em condição.

Falando um pouquinho de termos técnicos, uma cruzeta, que é basicamente aquilo que suporta os fios e está com falhas, mas não necessariamente é um motivador

de uma ocorrência, porque a gente acaba percebendo isso durante uma fiscalização em que o serviço está sendo fornecido, mas que, possivelmente, poderia se tornar uma causa de um problema de fornecimento.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Perfeito. Com relação às falhas de prestação de energia elétrica no estado de São Paulo, a Arsesp possui um ranking de ocorrências por município, por tipo de ocorrência e por ano das ocorrências?

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Não. O setor elétrico, conforme a nossa... Até seria uma contribuição para o MME de ter esses indicadores por município. A gente vê que há essa necessidade, mas não é assim que é regida a regulamentação.

É por conjuntos elétricos, que são basicamente formados pelas subestações, e tem um caráter muito técnico, às vezes você tem um conjunto elétrico que abrange vários municípios, não necessariamente está contido em um município. Em que pese o contrato de concessão, em sua origem, ser estabelecido por municípios.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Então, na verdade, deveria ter uma subestação obrigatoriamente em cada município pelo contrato?

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Não, não, porque ela acaba obedecendo, primeiro, a um crescimento vegetativo, que não está limítrofe ao município, o que eu acho que seria muito razoável que tivéssemos esses indicadores para o município, porque as redes elas podem até...

É uma vantagem que as redes permeiem vários municípios, porque é possível você fazer interconexões e ter uma robustez de atendimento, uma melhor confiabilidade.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Quantas tratativas de mediação a Arsesp já realizou durante a vigência do contrato de concessão da Enel no estado de São Paulo?

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Nós não procedemos com mediação. Nós recebemos, eventualmente, solicitações; por exemplo, recebemos há duas semanas atrás, a própria deputada aqui da Casa, Ediane Maria, casos que ela

Divisão de Registro de Pronunciamentos

trouxe. Nós não estamos fazendo processo de mediação, a Aneel tem uma superintendência de mediação.

O que temos é - dentro daquele escopo de atendimento, que a Aneel faz - a ouvidoria setorial, fazendo tratativas de usuários e concessionárias. Posso levantar esse número, porque seria algo equivalente esse processo de mediação.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Perfeito. Se o senhor puder depois nos encaminhar, eu agradeço.

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Claro, claro.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - A Arsesp realiza diligências de fiscalização dos circuitos de distribuição de energia elétrica sobre responsabilidade da concessionária no estado de São Paulo? Caso sim, como é realizado o procedimento, qual a frequência e quais foram os resultados registrados durante as fiscalizações? E caso não, por que?

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Sim, realizamos essas fiscalizações em campo, tanto demandadas por órgãos externos quanto pelo próprio convênio com a Aneel. A frequência não tem uma periodicidade específica, ela depende do monitoramento.

Acho que eu passei o número de casos esse ano, que estamos fazendo na própria Enel, mas temos também outras distribuidoras. Esse é um número que eu posso passar com relação ao estado de São Paulo. Não, especificamente, só o caso da Enel, mas realizamos.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Separadamente, só da Enel não tem?

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Temos, temos. Está até na apresentação.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Se o senhor puder depois me mandar, eu agradeço.

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Os resultados registrados... É uma rotina encontrar alguns problemas de manutenção, são esses os resultados dessas fiscalizações, e esses problemas de manutenção - pós a fiscalização - são solucionados pela distribuidora. Não temos encontrado problema com a distribuidora acionar a diligência para resolver os problemas de campo, que são observados pela Arsesp.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - A Arsesp já aplicou ou recomendou, a quem de direito, aplicação de sanções contra a empresa Enel por falha de prestação de serviços no estado de São Paulo?

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Sim, tanto a Arsesp quanto a Aneel, aquele gráfico que eu mostrei, com multas que são na casa de dezenas de milhões.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Na verdade, foi pela Arsesp, não é?

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Sim, tem da Arsesp e tem da Aneel. O último, essa multa mais elevada, de 96 milhões, foi diretamente pela Aneel.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Aneel.

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - É. Isso depende muito da forma como a Aneel faz esse encerramento de ciclos de plano de resultados. Na última rodada, ela fez de todas distribuidoras do País diretamente pela Aneel. A penúltima multa que está ali... As anteriores são da Arsesp, já foram multas que passaram pela Arsesp, inclusive na nossa gestão.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Como são processadas as multas por descumprimento de metas? Quantas ocorrências nesse sentido já foram registradas? Na verdade, isso já está lá respondido, mas como são processados esses descumprimentos e se essas multas foram todas pagas.

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - É, essas multas, quando originadas na Arsesp, elas são decididas em primeira instância pela Arsesp; a concessionária pode

recorrer em primeira instância na Arsesp, a gente faz um juízo de reconsideração, se cabe ou não, e, após isso, ela vai para a decisão da Aneel.

Então a Aneel tem a decisão final depois dessas penalidades. Algumas delas estão judicializadas e outras pagas. Também posso encaminhar esse levantamento, eu tenho certeza de que a nossa penúltima multa ali foi paga. A última multa na Aneel, até a última informação que eu tinha, acho que era uma que havia sido judicializada, mas também é um levantamento que podemos fazer.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Como se dá o ressarcimento aos clientes pelo descumprimento do DEC e do FEC? É diretamente ali na conta, não é? Quantas ocorrências já foram registradas pela Arsesp? Como que a gente vê isso dentro de uma conta? Como que a gente sabe se aquilo que está na conta é realmente o que deveria ser ressarcido ou não? Porque o consumidor, muitas vezes, ele fica, ele não sabe como que ele busca uma informação dessa.

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Não é uma conta simples, porque essas metas, cada usuário tem a sua meta estabelecida de acordo com os parâmetros do seu conjunto elétrico, então existe uma referência por usuário de horas que podem ficar interrompidas ali em determinado período.

Se superado esse período sem energia, automaticamente existe uma compensação processada na fatura, mas é um cálculo que tem base no valor de faturamento dele, da tarifa do usuário como um todo. Não é só a parcela que fica para a distribuidora, é levado em conta toda a fatura em relação ao número de horas interrompidas e o que ultrapassou, não é, obviamente, o limite dele.

Isso é processada a compensação, então vem uma linha na fatura indicando lá os reais de compensação que se abateu da conta dele naquele determinado período. Caso necessário, se precisar de algum exemplo, a gente pode encaminhar também uma fatura que tem esse exemplo, a gente pede para a concessionária e identifica como funciona.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - E como é o cálculo desse valor? Então, se puder, também, exemplificar.

Quais são os termos dispostos no convênio que a Arsesp tem com a Aneel em relação à fiscalização? As condições desse convênio são suficientes para a plena execução de serviços de fiscalização aqui no estado?

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Quais são os termos dispostos?

Bom, no convênio a gente tem um programa anual que é feito. Esse programa anual é encaminhado para a Arsesp para ter um período ali de manifestação em relação a alguma programação.

As condições são suficientes dentro do que está regulamentado hoje. A grande questão é que, talvez, a atuação, no caso mais emergencial, depende sempre de uma aprovação do órgão federal e a tempestividade disso poderia ser um pouco melhor.

A gente já vem conversando com a Aneel para avanços em relação a esse convênio, ela tem uma previsão de revisão dos convênios com os estados, esse é um tema que está com o diretor da Aneel e que deve, em algum momento, ser pautado de melhorias na formulação dos convênios, até pela própria experiência adquirida em vários estados.

Acho que já é possível que as agências estaduais tenham uma maior autonomia de execução de trabalhos no escopo desse convênio.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Tem uma matéria, até deixei aqui separada, existe agora também uma CPI que foi instalada no estado do Ceará, inclusive eu recebi um dos deputados, o vice-presidente da CPI do estado do Ceará, falando sobre o mesmo problema que existe lá no estado e que, na verdade, quando a gente olha os gráficos, chega até a ser pior do que aqui no estado de São Paulo.

E que a Agência Nacional de Energia Elétrica e a Arce, que é a agência reguladora dos serviços do estado do Ceará, chegou a encaminhar, pessoalmente, documentos pedindo relatórios e falando sobre problemas existentes ali e a urgente necessidade de melhorias da Enel no Ceará e as manifestações que, na verdade, um dos deputados levou à Enel, disse que a Enel defendeu a... A Aneel defendeu a Enel e acusou a agência reguladora de não tomar providências.

Então, assim, eu chego a entender que existe uma agência reguladora em cada estado, não são todos, mas em alguns estados, como a agência reguladora aqui de São Paulo, que é a Arsesp, que deveria sim ter todas, ao meu ver, todas as atribuições de fiscalização, porque são serviços prestados aqui no estado de São Paulo e que quem convive com o problema tem que estar próximo a isso, para saber qual é a intensidade, quais são os problemas que são enfrentados e que, na verdade, tudo isso fica lá em um

guarda-chuva muito distante da realidade. E chega lá, existe parece que um protetor dessa concessão, deixando aí a população e os estados à mercê da vontade federal.

Então, eu chego a pensar que a gente está trabalhando contra o que deveria acontecer. Então, a agência reguladora é quem decide o que vai acontecer em cada estado, se ela pune ou não uma empresa. Enfim, acho que nós temos que nos manifestar em toda essa questão e pedir para que o convênio seja pleno e de total transparência.

E aí também vêm algumas outras questões que são de conhecimento que quem fornece à Aneel os dados a respeito da prestação de serviços de energia elétrica, os parâmetros FEC e DEC, FEV, FDT, enfim, todos os parâmetros previstos ainda é a própria empresa prestadora. Então a gente está falando ali de a raposa cuidando do galinheiro.

Nesse sentido, como que a Arsesp avalia a questão da confiabilidade desses dados fornecidos? Não deveria haver uma previsão de acesso prévio antes de eventual filtro das informações por parte das agências reguladoras? Existe uma auditoria nas informações fornecidas pela Enel? Caso sim, qual empresa contratada para a auditoria e de quanto em quanto tempo essa auditoria é realizada? E, caso isso não exista, por que não existe? Não deveria existir algo que fiscalizasse a pessoa que está enviando, que é a própria interessada no assunto?

Quem faz essa exclusão aí por conta de tempo, intempéries. A exclusão de tempo que fica sem o fornecimento de energia. Quem faz a exclusão? Quem define que, olha, foi um evento extremo? Quem define? A própria empresa prestadora de serviço define, olha, eu achei que aquilo foi um tempo extremo, então eu vou tirar aqui do índice.

Então são informações que... Quem faz isso? É a Aneel, é a prestadora de serviços ou é quem?

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Existe um regulamento específico para isso estabelecido pela Aneel para que se faça o que a gente denomina de expurgo de indicadores para efeito de penalidades.

Então, existe uma métrica de cálculo de quando se expor um indicador, a distribuidora faz esse trabalho internamente com base nessa métrica e os dados são todos encaminhados, tanto os indicadores que são expurgados quanto os outros, que não são, via um duto de informações para a agência reguladora, para a Aneel.

Divisão de Registro de Pronunciamentos

Na Aneel eles têm um processo automatizado de verificação desses dados. Existem também campanhas que são realizadas de tempos em tempos, não é? Não existe uma definição específica para que se fiscalizem esses expurgos. A última campanha realizada, salvo engano, foi em 2021 para os dados de 2020, 2019. A Arsesp fez essa fiscalização e foi uma campanha nacional, assim, teve um envolvimento de muitas distribuidoras.

Esse relatório foi encaminhado por nós para a Aneel, nós fizemos o das sete distribuidoras de São Paulo, encontramos falhas em alguns indicadores. Com base nessa campanha, a Aneel fez um relatório geral para todas as distribuidoras do País, isso foi para a diretoria da Aneel, que determinou o ajuste de todos os indicadores das concessões daqueles indicadores onde foram encontradas algumas falhas.

No caso, a gente conhece a decisão da Aneel e sabe, pela distribuidora, que foram refeitos esses cálculos. Acho que foram dois conjuntos, dois ou três conjuntos elétricos da Enel que precisaram de uma revisão de cálculo.

Mas esses dados apresentados já estão com o efeito das revisões desses indicadores de 2019, 2020. Então temos um período, de 21 e 22, que são anos já concluídos em termos de indicadores em que não houve ainda a campanha, mas possivelmente virá, em um determinado momento, mais uma campanha geral de fiscalização dessas informações.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - No caso dessas fiscalizações que ocorreram aí, de 19 até 21, certo? Então, foram observadas irregularidades na questão do expurgo. No caso dessas irregularidades, esse valor, que deveria ser devolvido ao contribuinte, foi devolvido?

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - É, eles são obrigados a recalcular todos os parâmetros. Mas os valores foram baixos, dificilmente trouxe um impacto muito relevante pelo que a gente observou. Mas teria também que serem feitos os recálculos em termos de compensação. Tudo isso é necessário, faz parte dessa decisão da Aneel. Não tivemos ainda fruto desse trabalho, nenhuma outra fiscalização demandada, para que se verifique, por exemplo, o cumprimento dessa decisão.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Perfeito. Se depois também puder nos encaminhar esse relatório, eu também agradeço. No caso do estado de São Paulo, por ter

uma agência reguladora de serviços públicos, isso eu já até falei, mas só para enfatizar, exatamente com a finalidade de fiscalização, não deveria, ou melhor, não seria de extrema importância que toda fiscalização ficasse a cargo da agência local? Principalmente por conta do adensamento da região atendida pela concessionária, a Aneel não fica um tanto quanto distante dessa nossa realidade?

A possibilidade de delegação de atividades é inclusive legalmente embasada na proximidade do serviço, daí a possibilidade de se delegar responsabilidades a um ente estadual. Por outro lado, tem que se respeitar todas as regras e os ritos de fiscalização, que são estabelecidos pela agência federal. Eu acho que talvez o contexto seja muito mais de uma evolução desse processo para maior autonomia mesmo de atuação.

Foi mencionado aqui o caso do Ceará, mas quero deixar claro assim, o nosso relacionamento com a Aneel é muito bom. Nós temos um bom relacionamento, respeitamos muito a Aneel como uma agência, ela tem referências internacionais, o que não impede, por exemplo, de diálogos nesse sentido de melhorar o convênio, e que eles têm se colocado à disposição de fazê-lo.

Agora, isso é um processo que está sob condução de um diretor da Aneel e que precisa ser pautado para efetivamente a gente poder contribuir com melhorias, porque é mais um regulamento que passa pelo rito de consulta pública e nesse momento, sim, que a agência conseguiria se manifestar e colocar os argumentos dela para eventualmente ter outro tipo de atuação. Por exemplo, que o monitoramento pudesse ser conduzido por nós, pudesse especificar melhor ali as áreas de atuação, cientes também de que há uma limitação de capacidade operacional das fiscalizações. Mas acho que é algo que deve se vivenciar num futuro próximo.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - O convênio seria o repasse justamente desses valores para que a Arsesp tivesse plenas condições de tocar todo esse trabalho, que acredito que é um negócio pequeno, não é?

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - É. Todo trabalho efetuado, todo relatório, tem o repasse financeiro relativo a isso. Por quê? Porque são relatórios, materiais, aprovados pela agência. A gente não pode fazer. Se a gente faz algum trabalho que não tenha a aprovação da Aneel, não tem o recebimento, e por consequência implica problemas, porque a gente precisa ter o repasse financeiro para poder atuar em energia elétrica. Avanços são sempre bem-vindos. São feitas discussões

anuais entre as agências conveniadas e a Aneel, esse é um ponto sempre tocado. Acho que a gente acredita que em curto prazo deve ocorrer, porque já existe essa sinalização deles de melhoria nos convênios firmados com os estados.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - No caso dos dados que são fornecidos, voltando ao assunto de que a raposa cuidando do galinheiro, eles fornecem os dados para as agências reguladoras, não seria importante ter um acesso exclusivo para as agências reguladoras dentro do próprio sistema da empresa prestadora desses serviços, para que a própria empresa faça uma auditoria nos dados que são enviados?

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - É muito pertinente sua pergunta, deputada, porque na mesma manifestação que encaminhamos ao MME, uma contribuição da Arsesp é ter o acesso ao sistema da distribuidora online, isso previsto em contrato. A gente sabe que isso é necessário, tem que ter uma previsão contratual para que se faça isso, disponibilizar os canais de acesso para ter a informação ali online, e a gente também, dentro da Arsesp, conseguir ter algum tipo de desenvolvimento de trabalhos para um monitoramento um pouco melhor. Então isso, mas eu acho que essa é uma mudança, talvez, do contrato. Foi colocada a sugestão, e esperamos que seja acatada pelo Ministério nos novos contratos.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Perfeito. Acho que seria isso. Só para finalizar, eu gostaria de falar sobre a questão da CPI, pedir para que o presidente mantenha sempre a CPI dentro do foco que é. Nós sabemos que o deputado em questão é candidato a prefeito na cidade de São Bernardo do Campo, e a cidade está hoje administrada pelo prefeito Orlando, que é o meu marido, e ele insiste em atacar cada dia, dia sim, outro também, a administração que recuperou uma cidade devastada pelo PT, pelo seu prefeito, Luiz Marinho, e agora o próximo candidato.

Existe um problema realmente da questão Enel junto ao município, por conta justamente de efetuarem agendamentos para que seja feita essa poda que não pode ser feita pela prefeitura, justamente por conta de segurança. Muitas vezes marca-se a data e essa empresa não vai e não presta serviços, e não comunica. Então existe realmente um problema bastante sério.

Estava havendo tratativas, mas as coisas não costumam andar bem porque a empresa deixa bastante a desejar e não cumpre nunca com os acordos que foram feitos.

Então existe um problema, sim, mas volto a insistir que trazer problemas municipais para dentro da CPI não acrescenta absolutamente nada na nossa CPI, e eu quero deixar bastante claro isso.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Obrigado, deputada Carla Morando. Agora, pela ordem, deputado Carlos Cezar.

O SR. CARLOS CEZAR - PL - Sr. Presidente, deputado Thiago Auricchio, cumprimentar V. Exa., a deputada relatora, deputada Carla Morando, tenho certeza de que fará um relatório extremamente apurado sobre essa questão. Cumprimentar nossos convidados aqui, Dr. Marcus Bonini, presidente da Arsesp, e o Dr. Marcos Lopomo, que é o diretor de fiscalização. Cada um dos membros desta comissão. Agradecer a presença aqui do deputado Alex Madureira.

Sr. Presidente, apenas uma pergunta. Eu quero agradecer ao deputado Luiz Claudio Marcolino, que cessou o tempo dele, eu tenho compromisso agora, para que eu pudesse falar. Mas quero ser muito telegráfico e rápido; “telegráfico” é uma forma de falar, para dizer que eu quero falar rápido, a respeito da nossa CPI. Esta CPI é para tratar da Enel, e aqui, por conta do serviço mal prestado, de que se cobra uma fortuna para fazer determinado trabalho, com prazo de 150 dias para concluir aquele trabalho, não conclui, enfim.

Trouxemos aqui o Procon, já vimos. Como Lopomo colocou aqui um gráfico, me parece que nacional, com indicadores de continuidade de energia elétrica, que vai da primeira posição até a 29 posição, com várias concessionárias, e que a Enel está colocada na 19.^a posição, com metas ali. Parece-me que essas metas aí, para nós, não fazem sentido em que pé está essa meta. O fato é que existe um problema e por isso que nós temos uma CPI. Esse é o objetivo desta CPI.

O Lopomo apresentou aqui também que na Ouvidora a maior parte das reclamações é com respeito ao faturamento e com a interrupção. Então minha pergunta bastante direta e objetiva é no sentido de como a Enel é vista pela Arsesp? Uma boa prestadora, de um a dez, nota cinco, nota seis, nota sete, ou o que já foi, como em outros, que recebemos aqui o Procon, que disse que várias autuações, várias multas, várias reclamações.

Então, de forma objetiva, como a Arsesp enxerga a Enel? Entre todas as concessionárias que temos aqui no estado, CPFL, me parece que atinge mais as metas,

cumpra mais. Não sei comparado, mas vejo aqui que de 29 posições, a nota é décima nona. Parece-me que é Brasil, é isso? É no Brasil.

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - É uma das maiores distribuidoras.

O SR. CARLOS CEZAR - PL - Acima de 400 mil consumidores. Acima de 400 mil, as grandes concessionárias. Então como que a Enel é enxergada pela Arsesp? Então era isso, e agradecendo a presença dos senhores aqui.

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - A Arsesp trabalha com as informações, com os dados, que são os indicadores. Do ponto de vista de atendimento coletivo, há o cumprimento da concessionária para esses atendimentos coletivos. Do ponto de vista de atendimento regionalizado, há problemas, e esses problemas são tratados nessas fiscalizações. Então não é possível a Arsesp fazer uma análise global se a concessionária é boa, ela tem que olhar indicador a indicador. Há indicadores que a concessionária precisa melhorar, são indicadores basicamente individualizados e em conjuntos elétricos.

A análise global de uma concessão é feita pelo poder concedente, que é a Aneel. Então se há um conjunto da obra que precisa ser visto para analisar se a concessionária é boa ou é ruim, quem faz essa avaliação é o poder concedente. Não estou querendo fugir da pergunta, mas é importante deixar claro que a atuação da Arsesp se dá com base nos indicadores. Pelo indicador global, que é o DEC e o FEC em termos de prestação de serviço, ela atende, é uma concessionária que, sim, está atendendo.

O SR. CARLOS CEZAR - PL - Qual é a diferença do DEC para o FEC? Só isso.

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - O DEC é a duração de interrupção média de cada usuário da concessão. Pelas metas, a Enel tem, o FEC é a frequência, é a quantidade de vezes que se interrompe durante um ano. Pela meta, é de 7,14, ela realiza, realizou em 2022, seis e trinta e seis. Eu tenho que analisar do ponto de vista regulatório. Do ponto de vista regulatório, ela está atendendo.

O FEC, que é a frequência, são 4,92 interrupções por usuário, ela realizou 3,40 no ano de 2022. Do ponto de vista global, que é o gráfico aqui, desempenho global da

concessionária, ela atende esses indicadores médios. A grande discussão, aí a gente entra no volume de reclamações...

O SR. CARLOS CEZAR - PL - Por que ela fica na 19ª posição se ela atende?

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Porque é um gráfico que se referencia a sua meta. As metas das concessionárias de São Paulo são muito mais arrojadas que as metas do restante do País. Vou dar um exemplo claro: A Enel performa 6,36 horas, a segunda colocada do ranking performa 7,93 horas de interrupção por usuário, por que ela aparece em segundo lugar no ranking?

A meta dela é de 10,85 horas, existe uma metodologia que calcula essa meta, mas esse desempenho global é a razão entre o indicador realizado e a sua meta, isso a coloca em décimo nono. Não significa que ela não pode performar melhor e atingir melhores exposições, ela pode. Isso é feito com base em quê? Uma redução contínua da sua meta que obriga a concessionária a performar cada vez melhor.

Mas, de fato, se você olhar o usuário do estado de São Paulo - isso eu posso falar de forma geral porque outras concessionárias do estado também não estão tão bem ranqueadas -, ele tem menos interrupções e menos horas interrompidas que algumas concessionárias que estão melhor ranqueadas nesse ranking, porque as suas metas são mais rígidas aqui em São Paulo.

O SR. CARLOS CEZAR - PL - Obrigado, doutor.

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Obrigado.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Presidente.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Pela ordem.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Só pedir uma informação. Naquele fator das metas, que a Enel tem que cumprir aqui no estado de São Paulo, o senhor disse que foram modificadas durante um período. Você pode mandar também para a nossa CPI?

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Posso, os indicadores, sim.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Por que ela era uma meta mais rígida e ela diminuiu?

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Não, depende um pouco do indicador, mas o indicador de DEC e FEC do início do contrato, acho que tem até essa informação na própria apresentação, mas ele era um indicador bem superior às metas atuais.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - E por que mudou? Quem mudou foi a Aneel?

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - A Aneel. Existe um processo de melhoria contínua desses indicadores. Para melhor exemplificar, acho que é bom eu pegar o gráfico, mas, por exemplo, o indicador do início do contrato, aquele lá de 1998, tinha um padrão, eles deveriam atuar em 16 horas de padrão.

Hoje está em 7,14, então houve uma redução substancial das metas que as concessionárias devem atingir, e elas atingem como? Investindo, melhorando sua rede, melhorando profissionalmente. No caso da frequência, no início do contrato era de 10,29, hoje está em 4,89, em 2023.

É claro que também o que mudou, deputada, e a gente não pode deixar de contextualizar isso, é a percepção de nós todos para a energia elétrica. O uso da energia elétrica hoje é muito intensificado nas próprias residências, as pessoas trabalham na sua residência, usam a internet. Quando tem um problema de falta de energia, o sentimento que se tem certamente é muito diferente do que se tinha nos anos 90, quando foi desenhado esse contrato.

E, por óbvio, até por isso o ministério está fazendo isso, precisa ter uma evolução do contrato para atender as expectativas dos usuários de energia elétrica. É isso que a gente procurou debruçar na nossa contribuição que encaminhamos ao MMA, dar diretrizes para que esses indicadores sejam melhor percebidos para o usuário final, e não apenas para a média da concessão.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Regionalizada.

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - É.

O SR. MARCUS VINÍCIUS VAZ BONINI - Para isso que é importante que nós tenhamos o apoio desta Casa, para que essas metas sejam melhoradas, assim como para que a Arsesp possa estar com um efetivo maior em campo, porque uma coisa são as metas que precisam ser aprimoradas, outra coisa é a proporcionalidade.

A realidade que nós temos é que hoje a responsabilidade do Marcos Lopomo é sobre 645 municípios. Quando nós olhamos para o saneamento, são 375 e o efetivo do saneamento é bem maior que o da energia elétrica. Então, nós nos desdobramos realmente para poder fazer o nosso melhor, mas nós temos um quadro que proporcionalmente, considerando que esse é o único serviço que a Arsesp olha o estado inteiro, é apertado.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Pela ordem, deputado Luiz Claudio Marcolino.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Bom dia a todos, bom dia a todas. Saudar o Marcus Bonini. Bonini, não é?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VAZ BONINI - Bonini.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Também o Marcos Polomo pela apresentação. Sr. Presidente, queria só fazer aqui uma pergunta. Eu tenho várias perguntas, mas eu não vou fazer todas, escolhi só algumas e queria só saber se posso depois encaminhar para a equipe técnica da Arsesp, para depois encaminhar as respostas também para a comissão.

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Com certeza.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Primeira pergunta: se hoje há algum tipo de repasse financeiro da Enel para a Arsesp, para a realização das metas de fiscalização, ora apresentada? E, se tem, esse valor tem aumentado ou diminuído nos últimos anos?

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Da Enel não, da Aneel, não é?

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Isso.

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Sim, tem um repasse. Aumentou nos últimos anos. Eu diria que, acho que, na nossa gestão está na ordem de dez milhões, mais ou menos, por ano, em relação a trabalhos entregues, e isso acredito que em 2018 estava na casa dos cinco. Então, houve sim um incremento de trabalho, de entrega de produtos que permitiram o avanço dos valores.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Outra: A fiscalização da Arsesp abrange, por exemplo, a análise de compra de materiais e serviços feitos pela Enel em São Paulo?

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Como?

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Se a fiscalização da Arsesp abrange, por exemplo, a análise das compras de materiais em serviços...

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Não.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Porque nós temos percebido que muitas vezes quando você questiona a Enel, ela fala: “está com dificuldade de execução da obra em virtude da falta de equipamentos.”. A minha pergunta é direta, então vocês não fazem esse acompanhamento em relação às compras que eles fazem para a manutenção das redes?

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Não. A gestão da distribuidora fica a cargo dela, a Arsesp não fiscaliza, só fiscaliza os indicadores. Agora, precisaria ver o caso específico, obviamente, mas não é uma justificativa a falta de materiais para um atendimento, também não é falta de pessoal.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Isso é importante até nessas sugestões que vocês estão fazendo agora que pudesse esse tipo de acompanhamento? Vamos imaginar, vamos pegar a quantidade de transformadores, que muitas vezes a gente tem visto a posição da Enel: “mas aqui está faltando transformador, por isso que demora mais meses para a fazer o processo da adequação da rede.”

Aqui só como sugestão. Como estamos fazendo esse debate de fazer as adequações, talvez em relação aos insumos também traga a mesma estruturação dos indicadores.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Na verdade, assim, o investimento que é feito, não é?

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - De ampliação de escopo.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - É isso, incluir também a questão dos insumos para a manutenção da rede.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - De fiscalizar os investimentos, é isso.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - A outra: A forma de medição de energia elétrica, vocês colocaram que é um problema aqui da questão dos funcionários. Eu queria fazer uma pergunta em relação às medições. Quem faz as medições hoje...

Nós vimos isso com as outras oitivas que nós fizemos, muitas vezes vão relacionando o sistema de medição aos funcionários, de quem faz a medição. Como se o problema fosse, no caso das contas de luz, não fosse responsabilidade da empresa, mas sim dos funcionários. Esses funcionários hoje são contratados pela Enel ou pelos terceirizados? A Arsesp tem esse controle?

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Não, a Arsesp não controla, é da gestão da distribuidora se vai operar com terceirizados ou com funcionário próprio.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Então, hoje, nem em relação aos insumos, nem em relação ao capital humano da empresa, a Arsesp não tem a gestão da fiscalização.

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Não, a gestão...

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - A outra, quando vocês colocam em relação à questão da poda da árvore, que é uma preocupação, vocês afirmaram que tem uma gestão compartilhada. Então, se a pessoa, por exemplo, solicitou que fosse feita uma poda de árvore onde tem uma rede energia elétrica, esse contribuinte não será penalizado, se em virtude tiver uma poda da árvore e a prefeitura vir multá-lo depois?

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Eu não sei como funciona. Isso é município a município, como que funciona. Cada município tem a sua legislação para a questão da gestão arbórea.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - É que assim, vocês colocaram aqui (Inaudível.) que é compartilhada, tanto a prefeitura pode fazer a poda da árvore, como a empresa pode fazer a poda da árvore quando tiver uma relação com a estrutura da energia elétrica.

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Em geral...

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Só eu continuar. É que nós vamos ter que sair daqui com algumas afirmações, algumas orientações ao consumidor e isso não pode não ficar transparente. Na sua fala inicial, quando o deputado Luiz Fernando perguntou, você disse que era compartilhada e quando mexe na estrutura da companhia de energia, ela pode ir lá fazer o processo da poda.

Então eu acho que tem que deixar para a gente depois uma informação concreta, se é compartilhada, vocês têm essa responsabilidade? O consumidor tem que saber, se ele faz uma solicitação de uma poda de árvore e é a companhia de energia que está fazendo aquela poda, ele não pode ser penalizado depois que foi feita uma remoção ou uma adequação naquela árvore pela companhia de energia, que foi solicitado pelo

contribuinte e depois ele não pode ser multado pela prefeitura. Acho que é importante ter uma orientação para que a CPI pudesse depois encaminhar aos consumidores.

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Só um comentário. Não existe uma regulamentação específica de energia elétrica para poda, a responsabilidade é da prefeitura. Comumente o que ocorre, a gente sabe que cada prefeitura atua de uma forma, o munícipe entra em contato com a prefeitura para a questão da poda.

Depende um pouco do relacionamento do município com a distribuidora, como isso se dá, se há uma interferência de algum equipamento elétrico, de um cabo na proximidade dessa árvore e aí, sim, entra essa questão da responsabilidade compartilhada por uma questão de segurança.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Está ótimo. Acho que o outro item também, você comentou, em relação à questão do ressarcimento, ele é feito em uma linha específica de compensação na conta da pessoa. Qual que é a orientação que nós temos que dar para o consumidor quando tem uma queda de energia em relação a essa compensação? Todos têm direito? Quem tem direito é quem fez a reclamação ou o conjunto de munícipes onde aquela rede foi afetada?

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Não, não precisa da reclamação. Isso é automático, a concessionária faz a medição disso de forma automática, já compensa. Não precisa o consumidor reclamar.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Então isso é uma obrigação legal. Então nós podemos falar para todo consumidor que quando tiver uma perda de energia ele vai ter essa compensação automática?

O SR. MARCUS VINICIUS VAZ BONINI - Isso depende se essa queda de energia ultrapassou os indicadores específicos daquele consumidor.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Mas como o consumidor vai saber se ultrapassou ou não?

O SR. MARCUS VINICIUS VAZ BONINI - É uma questão um pouco mais complexa. Na fatura apresentam-se ali as metas individuais e tal, mas realmente isso depende, primeiro dessa apuração pela distribuidora e obviamente da fiscalização de que isso está correndo bem.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Só mais duas últimas. Quando a Enel assume a estrutura de energia aqui no estado de São Paulo, não só ela, mas qualquer outra empresa que foi privatizada, ela já pega toda uma estrutura que foi feita de investimento do governo do Estado. Então ela vai ter toda a linha de transmissão, toda a estrutura, toda a produção. E essa estrutura passa pelos municípios. (Inaudível.) Uma série de municípios que hoje, no caso da Enel, ela assume, existe uma contrapartida da concessionária para o município pelo uso de ocupação de solo?

O SR. MARCUS VINICIUS VAZ BONINI - Não, esse é um serviço federal regrado pelo ente federal, então, que eu tenha conhecimento, ao menos que tenha uma questão jurídica, judicial envolvida não há essa contrapartida ao município.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - E nem em relação, quando ela assume ela já tem toda uma estrutura pronta. Uma coisa é quando você vai estruturar uma companhia. Vou imaginar: você vai ter uma companhia própria que estruturou e teve todo o investimento para garantir a concessão...

O SR. MARCUS VINICIUS VAZ BONINI - Que eu tenha conhecimento, não, deputado.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - E aí o último ponto...

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Deputado, o senhor me permite?

Com relação à questão de informação ao usuário, nós temos diversas cartilhas que foram elaboradas pela Arsesp, e dentre elas ressarcimento de danos elétricos, estrutura de atendimento a consumidores de energia elétrica, iluminação pública, tarifas de fornecimento de energia elétrica e continuidade no fornecimento de energia elétrica. Eles dão todo o detalhamento para o usuário final sobre esses assuntos e que estão no

material que nós estamos deixando aqui. E ficamos à disposição para mandar eletronicamente ou mesmo eventualmente imprimir manuais, ok?

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Ótimo. Só para finalizar, V.Exa. também colocou aqui o item em relação, sugestão e (Inaudível.) consulta pública (Inaudível.) questão do tempo médio individual. Fiz essa mesma pergunta para o Idec, fizemos para a Defensoria, fizemos nas outras oitivas: quando você faz esse cálculo de tempo médio individual, não seria importante, no caso da falta de energia, sempre ser levada em consideração a área de abrangência daquela falta?

O SR. MARCUS VINICIUS VAZ BONINI - Ela é considerada nos indicadores. Sempre que você tem uma ocorrência, comumente uma ocorrência em rede não afeta um único usuário. Ela tem um impacto em mais usuários. Quando eu falei na apresentação, a questão dos tempos de atendimento para efeito da contribuição, é o tempo de atendimento de uma ocorrência mesmo, que pode atingir um ou mais usuários. Então, nós temos hoje esses indicadores existentes. O que não existe é uma meta para cumprimento do tempo de uma única ocorrência. É essa a nossa contribuição para que se estabeleça essa meta e que com isso motive uma gestão da concessionária um pouco diferente.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - A Enel presta serviço em São Paulo, Rio de Janeiro e Ceará. Vocês têm uma comparação de como é que está a prestação de serviços em relação a esses outros estados?

O SR. MARCUS VINICIUS VAZ BONINI - Não, a Arsesp está restrita à análise no estado de São Paulo.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Mas não existe esse ranking nacional?

O SR. MARCUS VINICIUS VAZ BONINI - Existe o comparativo com as próprias empresas que atuam nessas localidades. Então, possivelmente as empresas estão até nos gráficos apresentados aqui. Seria a empresa do Ceará e a do Rio de

Janeiro. Elas devem estar aqui ranqueadas também nesse material que a gente encaminha aqui.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - As outras perguntas, presidente, eu passo por escrito depois.

O SR. MARCUS VINICIUS VAZ BONINI - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Pela ordem, deputado Eduardo Nóbrega.

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Sr. Presidente, Thiago Auricchio, demais deputados, saudar aqui o diretor-presidente Marcus Vinicius, e também o Marcos Roberto Lopomo. Os deputados que me antecederam já fizeram grandes perguntas, presidente, para que pudesse esclarecer, e muitas delas estavam aqui anotadas por mim também, o que vai facilitando nosso trabalho.

Mas, Sr. Presidente, eu estou com muito receio de que a frieza dos números, de que alguém possa chegar a essa CPI e afirmar daqui a um tempo que a culpa pelo péssimo serviço prestado pela Enel é do consumidor. Daqui a pouco nós vamos acabar ouvindo aqui. Então, para que eu não cometa injustiça, eu queria começar, Sr. Presidente, sinceramente, querendo ouvir do Sr. Marcos, diretor-presidente, qual é a atribuição da Arsesp, porque se não fosse a apresentação do início dessa sessão, eu iria dizer que há uma inutilidade da Arsesp na manutenção dessa agência, não por culpa dos senhores, mas porque ela não tem atribuição nenhuma.

Então, para que eu não chegue a essa conclusão, que me parece apressada, eu queria entender o que é a Arsesp e qual a atribuição dela no sentido da energia elétrica, porque me parece que nas demais atividades a Arsesp tem uma atribuição efetiva. Primeira questão.

Depois eu queria saber quais são... As ações já estão no quadro, não vou nem cansar aqui a todos. Eu queria entender quantos funcionários tem a Arsesp, como eles são contratados, e teria aqui na minha pergunta... No tocante à energia elétrica, já foi respondida, que são 24 técnicos para cuidar do estado, o que evidentemente já demonstra, só pelo número, que não existe fiscalização ou que ela é muito deficitária.

Eu queria saber quantos funcionários no total tem a Arsesp, como eles são contratados, qual o regime, se tem concurso público, se é por cargo em comissão.

Em terceiro, já foi parcialmente respondido também, a Arsesp faz fiscalização em campo. Já foi dito que sim quando determinado pela Aneel. Parece que foi essa a resposta. Depois que eu entender, presidente, qual é a atribuição da Arsesp, até para que não paire a culpa pela falta de fiscalização ou de efetividade, porque o que acontece aqui é uma distância muito grande da realidade.

Nós, ouvindo aqui, o Sr. Lopomo, parece até que está tudo bem, parece que os problemas não existem, e que a Enel presta um serviço a contento e que nós estamos aqui totalmente equivocados em fiscalizar ou investigar os problemas da distribuição da energia elétrica no estado de São Paulo. Então, queria que o diretor-presidente pudesse me responder essas questões.

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Pois não. Bom, diferentemente da área de saneamento e da área de gás, e agora dos novos serviços onde a Arsesp faz a regulação. E o que é a regulação? É exatamente onde se definem quais são as metas, quais são os parâmetros, quais são as regras, qual a forma de acompanhamento. No caso da energia elétrica, a Arsesp faz a fiscalização.

Então, nas demais áreas nós fazemos a regulação e fiscalização. No caso da energia elétrica, nós fazemos a fiscalização através de um convênio com a Aneel, porque esse serviço é federal. No caso do gás, ele é eminentemente estadual e no caso do saneamento o poder concedente são os municípios, mas existe um acordo com o governo do estado, então nós fazemos também a regulação. A grande diferença existe na regulação, que é onde se define quais são os parâmetros. Então, todas as metas e todos os parâmetros que as concessionárias de energia elétrica do estado de São Paulo precisam cumprir são definidos no âmbito federal.

Agora, eu diria ao senhor, nobre deputado, que ainda bem que tem a Arsesp, porque nós é que sentimos o calor. Nós aqui é que estamos com a mão no pulso. Nós temos um grupo bastante pequeno, mas que trabalha arduamente para tentar melhorar. Veja, as metas de São Paulo, não estou em hipótese alguma dizendo que elas são desafiadoras. Mas elas já são as mais puxadas do Brasil, e deveriam talvez ser mais. Então, nós lutamos dia a dia no sentido de buscar, tirar o problema, porque, veja, quando se fala na média, na média está tudo bem, mas quando chega ao cidadão, na dona Maria não está. Então, o que nós entendemos é que...

E aí de novo a gente precisa da ajuda desta Casa. Nós gostaríamos de estar mais em campo para poder resolver os problemas que existem. Em momento nenhum a gente está dizendo que não existem. Mas, de novo, ainda bem que tem Arsesp, senão não teria ninguém em campo chegando lá para poder olhar.

Então, está aqui o meu amigo que entrou comigo e vai sair junto comigo no dia 13 de março do ano que vem, mas a gente espera que a gente tenha um efetivo maior e um escopo de trabalho com maiores responsabilidades delegadas do governo federal para a gente. Porque nós temos competência, nós temos conhecimento, nós temos capacidade, nós temos pessoas lá... Eu tenho 40 anos de experiência na área de energia elétrica - inclusive foi de onde eu comecei -, e tem gente com mais tempo do que eu na casa, mas a gente não consegue, são 645 municípios.

Com relação a quantos funcionários. Temos cerca de 200 funcionários, dos quais 24 estão na energia elétrica. As contratações são feitas na sua grande magnitude... São concursos públicos, são especialistas e analistas. Nós temos também, na Casa, funcionários cedidos de outros órgãos do governo, que trazem conhecimento que... Alguns que a gente... Não é o nosso dia a dia, a gente não detém, e que vamos dizer, é uma solução, também, de tentar encorpar um pouco mais o quadro.

Tem os funcionários em comissão, mas que, por exemplo, no caso da energia elétrica, até esses em comissão estão fazendo a fiscalização também na diretoria elétrica. Está todo mundo em campo tentando maximizar o nosso quadro. Então eu não sei se faltou alguma pergunta que não foi respondida, Sr. Deputado.

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Do repasse da Enel de 10 milhões.

O SR. MARCUS VINICIUS VAZ BONINI - Da Aneel.

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Da Aneel. Eles são também destinados para pagamento dos funcionários?

O SR. MARCUS VINICIUS VAZ BONINI - Sim, esse é um dado extremamente importante, veja, para que exista a lisura, porque a Arsesp é fiscalizada por esta Casa, na verdade, né? Estava aqui o deputado Luiz Fernando, que é o presidente da comissão. Então, vamos dizer, as receitas que são realizadas ou pela

fiscalização, no caso da energia elétrica, ou regulação e fiscalização nos demais setores, ficam restritas àqueles setores.

Então, aquilo que o saneamento... A receita que a Arsesp auferir no Saneamento Básico fica exclusivamente lá, não existe subsídio cruzado, então nós não podemos cruzar, não pode um setor pagar o outro. Existem áreas que são comuns, que são a área de relações institucionais e a área de secretaria executiva, que são, vamos dizer, as áreas administrativas, são proporcionalmente cobertas por todas as fontes, mas aquilo que entra na elétrica, tem que ser coberto pela receita da elétrica e assim sucessivamente.

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - E das demais fontes, tem recurso do estado também?

O SR. MARCUS VINICIUS VAZ BONINI - Não, nós... A Arsesp só auferir recursos pela regulação... Taxa de fiscalização que se chama, né? São serviços que são prestados. Então, existe a taxa de fiscalização em cada um desses segmentos, o governo não coloca nem um centavo na Arsesp, a Arsesp subsiste com essa taxa.

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Não é objeto aqui dessa CPI, mas no caso do Saneamento então, essa fonte vem...

O SR. MARCUS VINICIUS VAZ BONINI - Da taxa de regulação e fiscalização, por exemplo da Sabesp.

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Tá, perfeito. Então só voltando aqui, já que a regulação não é feita pela Arsesp, então o poder da Arsesp é totalmente limitado à fiscalização, subordinada às condições, regras impostas pela Enel?

O SR. MARCUS VINICIUS VAZ BONINI - Pela Aneel.

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Aneel.

O SR. MARCUS VINICIUS VAZ BONINI - Pela Aneel, que é a Agência Nacional de Energia Elétrica. Tem a Enel, que é a prestadora de serviços, que é a concessionária, e tem a Aneel, que é quem faz a regulação desse serviço.

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Eu queria que você pudesse me detalhar um pouquinho melhor quais são essas atribuições, qual é o limite dessa atribuição.

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Posso detalhar.

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Por favor.

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - A fiscalização em distribuição e a fiscalização em geração... Em geração é sob demanda completa em distribuição diante desse convênio, que é anualmente compromissado. Então existe um termo de referência de produtos, de convênio, de fiscalizações a se realizarem em que o monitoramento da Aneel indica os pontos que precisam ter uma maior atenção.

Ali são definidas as distribuidoras, o que será realizado de fiscalização, qual o tema, se será faturamento, se será atendimento, se será um problema de fornecimento de energia elétrica... Então existe isso, sim. Somos obrigados a seguir esse rito, o que não impede, por exemplo, de que, sob demanda, inclusive desta Casa, a gente acorde determinados produtos.

Então, quando eu recebo uma demanda de algum deputado da Alesp, ou de um promotor do estado de São Paulo, ou de um prefeito, ou de uma Câmara de vereadores, isso se transforma em produto que está ali de alguma forma desenhada dentro do convênio, mas que me permite atuar e fiscalizar. E sim, é feita a fiscalização.

Os números aqui apresentados, que são números gerais e que talvez tenham passado essa impressão de que está tudo de acordo, são números coletivos, números médios. Se São Paulo é o estado que tem os números médios com menos interrupção e menor frequência, muito se deve à atuação de 24 anos do grupo da Arsesp, do corpo da Arsesp, né?

E eu, nos quatro anos em que estou lá, tenho muito orgulho de falar isso. Não é a minha gestão ou a do Bonini, é um trabalho de longo prazo, o que não impede que também tenhamos a impressão de que muitas melhorias podem ser feitas, em especial no atendimento regionalizado, fruto da nossa contribuição para o ministério, fruto de todos os nossos trabalhos, de demandas que recebemos desta Casa e de outros entes

públicos, fruto de outros trabalhos, de reclamação de usuários, de processos administrativos às vezes de um único usuário com o qual atuamos.

Isso é um trabalho de pelo menos mais de duas décadas, já vem antes inclusive da própria formação da Arsesp CSPE. É importante dizer: nós não temos o conforto de que está tudo ok, muito pelo contrário, a gente permanece atuante, mas sabemos onde estão os problemas que precisam de uma mediação um pouco diferente do que talvez a regulação entregue hoje, o contrato entregue hoje.

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Olha, mas minhas perguntas, na verdade, são para inclusive tirar das costas da Arsesp uma responsabilidade que ela não tem, no caso da energia elétrica. À medida que você trouxe para a Arsesp, que você traz para a Arsesp os reconhecidos, por você principalmente, avanços que a Arsesp teria nesses 24 anos, levado ao povo de São Paulo, então nós vamos colocar na Arsesp também todos os problemas e dificuldades que o povo de São Paulo tem no recebimento desse serviço.

Então a Arsesp não regula, é isto que eu entendo da fala do Marcus: quem regula é a Aneel, e isso vai ter... Nós vamos ter que, daqui a pouco, virar o canhão ou as pessoas responsáveis para que essa agência tome as medidas para que as coisas possam acontecer aqui no estado de São Paulo. Então as minhas perguntas vão no sentido de deixar claro qual é a atribuição da Arsesp.

Se vocês regulassem, aí eu diria, presidente, que uma das grandes responsáveis seria a Arsesp. O que eu estou querendo deixar claro aqui, o que está me parecendo pelo menos, é que as atribuições de vocês são limitadíssimas, subordinadas às condições e regras que são estabelecidas pela Agência Nacional, e que o esforço que a Arsesp faz, que pode contribuir com esta Casa, vai se limitar a fiscalizações que podem... Inclusive quero saber: podem... Há recurso das decisões da Arsesp para a Agência Nacional?

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Sim.

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - E eles normalmente podem anular as ações que são...

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Podem. A última instância de uma decisão, por exemplo de um processo sancionatório da Arsesp, é realizada, caso haja recurso obviamente, na agência federal.

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Pelo que eu tenho visto, não são todas as distribuições de energia elétrica que Arsesp fiscaliza, né?

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Não. Existem atribuições relacionada por exemplo à transmissão de energia elétrica. A fiscalização é exclusiva da Aneel.

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Outras distribuidoras também, aqui no estado de São Paulo, pela informação que nós tivemos na outra... Seriam 19, das 19...

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Não, nós temos sete.

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Só sete?

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Sete grandes concessionárias e 12 que são de pequeno porte, permissionárias, atuando inclusive dentro das áreas de concessão. Existe isso, essa figura no setor elétrico, mas é possível que a Aneel faça uma fiscalização independente da Arsesp. É que são delegados para nós, né?

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Mas ficou uma dúvida: a Arsesp fiscaliza todas ou algumas não?

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Todas, todas poderiam estar no escopo da fiscalização. Temos atuado muito mais nas grandes concessionaria, nas sete, né? Mas eventualmente poderíamos atuar também nas permissionárias, aqui praticamente não há produtos específicos para essas pequenas concessões.

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Tá bom. Presidente, por favor.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Posso entrar em uma pergunta sua, que acho que é bastante pertinente? De todos esses recursos de multas (Fala fora do microfone.) e sanções que foram aplicadas aqui pela Arsesp e que foram para a decisão da Aneel, quantos foram a favor da Enel e quantos foram efetivados? Existe...

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Eu precisaria levantar o histórico. Existe, a gente tem esse histórico na agência para todas as distribuidoras, inclusive há multas mantidas, há multas em que foram reduzidos os valores...

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Se tiver um número, se tiver...

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Eu posso encaminhar.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Seria importante para entender até onde a Aneel é amiguinha da Enel. Você entendeu?

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Na minha fala estava que a Aneel...

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Amiguinha, é amiguinha.

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Parece mais uma agência de defesa dos interesses das distribuidoras, mas, por favor...

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - É isso.

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - É isso?

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - É isso.

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Sr. Presidente, só para finalizar então, não sei se no trabalho que vai ser encaminhado para a gente tem o contrato de concessão... O convênio.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Tem.

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Tem o convênio?

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Tem.

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Eu quero me debruçar muito sobre esse convênio para que eu possa entender bem mesmo quais são as atribuições da Arsesp. Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Com a palavra, deputada Monica.

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - Olá, boa tarde. Bem-vindos à Assembleia Legislativa. Obrigada pela prestação de contas e pela oportunidade de escuta. Para a gente entender bem: as fiscalizações que a Arsesp faz sobre as companhias de energia seguem as regras contratuais e tem alguns outros indicadores de metas ou é só o contrato?

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Ela segue... As regras contratuais foram alteradas ao longo do tempo, então ela segue os regulamentos da Aneel e o contrato, naquilo que foi superveniente em termos de regulamentos, regramentos da Aneel, ela segue o regramento da Aneel. Então existe um rol de regramentos, procedimentos que devem ser seguidos, da Aneel.

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - Quantas empresas de energia a Arsesp fiscaliza no estado de São Paulo?

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Poderia fiscalizar 19. A nossa atuação tem sido muito ampla nas sete maiores distribuidoras que nós temos.

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - Quais são elas?

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Enel São Paulo, CPFL Paulista, CPFL Piratininga, CPFL Santa Cruz, EDP, Elektro e a Energisa Sul-Sudeste.

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - Qual delas apresenta a maior quantidade de multas?

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - A Enel São Paulo. Em termos de valores a Enel São Paulo acho que tem um histórico maior.

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - Proporcionalmente ao atendimento à população, qual delas apresenta o maior número de multas?

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Não tenho esse valor. Proporcionalmente à quantidade de usuários, é isso? Não tenho esse valor, mas posso levantar.

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - Nós solicitamos, por favor. Os senhores conhecem, têm conhecimento que a Enel, na cidade onde ela está presente, é a recordista de reclamações no Procon em todos os rankings, cobranças abusivas, cortes de fornecimento, dificuldade de atendimento ao cliente?

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Tive conhecimento pela própria apresentação do nosso colega do Procon. Quero ressaltar que a Arsesp possui um conselho de orientação de energia e esse conselho, salvo engano foi ano passado, encaminhou uma solicitação para a Aneel, para que se incluísse o volume de reclamações do Procon. A gente sabe que o cidadão de São Paulo vai muito ao Procon, então que se incluísse os volumes de reclamação do Procon nos indicadores de energia elétrica, de forma que a gente conseguisse ter uma medição mais ampla dessas reclamações.

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - Diante disso, o senhor, como trabalhador que trabalha na fiscalização, poderia dizer, os

senhores, os dois, poderiam dizer que a concessão da Enel atende às necessidades humanas das pessoas que estão sob esse contrato?

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Nós temos avaliações de indicadores. As necessidades da energia elétrica são definidas pelas métricas de indicadores. O que a gente tem é basicamente um serviço que está operando 99,85% do tempo, isso em termos gerais e médios. Não existe uma avaliação quanto a outras situações.

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - Esta CPI pode indicar diversas formas de melhoria no serviço. Ela pode resultar, por exemplo, em uma ação conjunta para alterar as atribuições da própria Arsesp, como a gente ouviu hoje, ela pode sugerir uma TAC, ela pode sugerir uma cobrança à Aneel.

Por isso a gente leva muito em consideração o trabalho dos senhores que estão na ponta e aí eu vou repetir, os senhores consideram satisfatório o atendimento da Enel para as necessidades humanas? Como técnicos e prestadores de serviços públicos, se fossem sugerir a esta CPI encaminhamentos para a tratativa dessa empresa, o que os senhores observariam?

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Primeiro que a gente não tem as métricas para definir o que seriam essas necessidades humanas do ponto de vista dos serviços de energia elétrica. Isso a gente trabalha com as regras definidas pela Aneel. Como sugestão a esta Casa, acho que o apoio às nossas contribuições frente ao contrato de fornecimento, as renovações do contrato, porque elas certamente permitirão um melhor atendimento capilarizado. Diante do quadro médio que a gente enxerga hoje, eu acho que essa seria talvez a contribuição que eu diria para esta Casa, poder apoiar as nossas contribuições frente ao Ministério de Minas e Energia.

O SR. MARCUS VINICIUS VAZ BONINI - Porque essas contribuições visam exatamente minimizar os impactos, que é justamente na ponta, que é o usuário. Isso o objetivo é sair da média e ir para a ponta, para quem está efetivamente sendo afetado. Por isso que nós estamos repetindo sistematicamente no aspecto de termos o apoio desta Casa, que é fundamental no sentido de que essas contribuições que nós

Divisão de Registro de Pronunciamentos

fizemos têm especificamente o objetivo de minimizar os impactos na ponta, nas pessoas.

Uma coisa é realidade, as intempéries existem, sempre vão existir? Sim. Dá para dizer que nunca vai ter mais problema? Não tem como dizer. Agora, existe uma possibilidade de que se tenha uma presença maior da própria Arsesp no campo, junto aos pontos, igual nós estamos fazendo agora.

Repito, nós estamos fazendo um trabalho, principalmente nessas áreas que estão sendo mais afetadas. Por exemplo, no Grande ABC nós estamos fazendo reuniões mensais com o presidente e toda a diretoria da Enel, eles estão lá junto conosco e nós estamos acompanhando a evolução de cada um dos itens que estão sendo avaliados.

Inclusive no material que nós estamos deixando falam os endereços, quais são os sistemas, quais são os sistemas elétricos, o que é DEC, o que é FEC, ou seja, nós estamos fazendo um trabalho bastante aprofundado e com participação intensa, que nós estamos exigindo e eles estão respondendo. Agora, dá para fazer em uma amplitude maior? Dá, só que a nossa capacidade é restrita.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Posso?

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Pela ordem, deputada Carla.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - É muito importante. Tem um outro dado que, quando um consumidor, então vou falar de uma casa, um indivíduo só, uma pessoa, tem um problema de fornecimento de energia ou qualquer outro tipo de problema, ela entra em contato com o canal de atendimento. Quando se trata de um ente público, uma prefeitura ou um grande consumidor, um hospital, enfim, que depende do fornecimento da energia, tem um canal de atendimento que é o mesmo do consumidor comum.

Não querendo dizer que o consumidor comum não tenha direitos iguais, mas quando se trata de um hospital ou de uma prefeitura a gente está falando de um coletivo muito grande. Não deveria existir um atendimento separado para priorizar, no caso, a falta de energia de um hospital ou de uma UPA, UBS, enfim, para que aquilo fosse diferenciado, priorizado, e não cair num atendimento comum e que entra naquela coisa

de todo mundo ser a mesma. Isso não acontece, isso não existe, então seria muito importante também pedir para que tivesse um canal diferenciado.

Outra, cumprir prazos, porque hoje o que a gente percebe é: existe um prazo de 180 dias para fazer a ligação de energia em algum ponto específico, quando chega próximo, assim, do meio para o fim desse período, aí a Enel responde para a prefeitura ou para a entidade, para a empresa, enfim, para quem for o caso, “olha, está errado aqui esse projeto”. Vai fazer, e volta para os 180 dias. Então vai jogando, jogando e aquilo, às vezes, dura mais de ano para poder fazer uma ligação.

Então esse tipo de coisa, de parâmetro e de voltar para a estaca zero depois que a Enel fala “olha, você tem que mudar aqui o nome”. Não é poda de árvore, é rebaixamento. Então esse tipo de coisa e diferenciar e priorizar alguns canais, também seria bastante importante de colocar isso para que entre nessa questão da consulta pública existente.

E outra, da questão falando, para finalizar, da consulta pública, a gente como estado não tem condições de exigir algo a mais da Aneel, ou a gente fica ainda subordinado a isso e é o que eles resolverem a gente engole e está tudo certo? Nós não podemos não querer essa prestadora de serviços mais no nosso estado?

Então que faça sim uma nova licitação e que entre uma nova concessionária que, sim, tenha interesse e que tenha responsabilidade no atendimento a toda a população. Então, se o estado de São Paulo tem tanto problema, o estado de Goiás conseguiu fazer com que essa empresa nociva saísse de lá. Como nós podemos fazer para que não tenha uma renovação do contrato de concessão dessa empresa tão ruim aqui no nosso estado? É só isso.

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Acho que o primeiro ponto... E acho que é bom trazer esse esclarecimento. A questão do suporte à vida: é possível que qualquer que seja a unidade usuária que dependa - independe de ser um hospital, pode ser um usuário que tem um “home care” em casa -, que ele cadastre a sua unidade consumidora na empresa para atendimento prioritário. É possível isso, existe um regramento específico. Eu acho muito boa oportunidade de divulgar também essa informação.

O canal diferenciado para municípios, não existe regulamentado um canal diferenciado, mas, de qualquer forma, a Arsesp possui um canal específico para atendimento aos municípios e qualquer caso pode ser trazido também para a Arsesp.

Divisão de Registro de Pronunciamentos

Está aqui o nosso superintendente da área de relação institucional, o Alexandre, e a gente faz esse atendimento via institucional da Arsesp.

Mas, independentemente disso, também buscar, que os municípios busquem junto à prestadora um canal de contato facilitado para algumas demandas. Eu acho que isso também é possível, mas é uma questão de relacionamento de cada distribuidora.

A questão dos prazos, também são regulados os prazos. É preciso verificar caso a caso, então, se houver casos específicos, a Arsesp também está disposta a analisar, porque existem prazos regulados para atendimento de obras. O último ponto...

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Pela ordem, o deputado Luiz Claudio Marcolino.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Só para solicitar que a Arsesp repasse à CPI o contrato firmado entre a Arsesp e a Enel, os planos de trabalho que foram apresentados aqui, que cada município tem um plano de trabalho, que também fossem encaminhados, e as sugestões que a Arsesp encaminhou para o governo federal em relação às melhorias que tem em relação aos convênios.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Obrigado deputado. Rapidamente, para finalizar, prometo que não tomarei muito mais o tempo dos nobres deputados, dos colegas aqui. Vocês disseram... O deputado Marcolino fez essa pergunta, se a Arsesp tinha algum controle sobre os fornecedores, sobre o tamanho do investimento que a Enel faz nos seus equipamentos, e vocês disseram que não, que não há um controle externo.

Vocês acham que isso não dá margem para a gente... Para que a Enel não cumpra os investimentos necessários? Ou que também eles comprem produtos de fornecedores duvidosos, ou de má qualidade, enfim?

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Não há fiscalização pela Arsesp. A Aneel promove a fiscalização dos ativos no momento da revisão tarifária das empresas. Então, existe na Aneel uma superintendência de fiscalização financeira, que, aí sim, lá na base de ativos, ela consegue observar a questão dos investimentos.

Divisão de Registro de Pronunciamentos

Eu não tenho informação se chega no detalhe de tipos de fornecedores, mas existe todo um regramento específico para investimentos, feita diretamente a fiscalização pela Aneel.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Voltando naquela questão do convênio entre Arsesp e Aneel, vocês falaram sobre a limitação que esse convênio tem na questão financeira, na qual somente 24 funcionários conseguem fiscalizar a rede toda da Enel. Esses 24 funcionários, no caso, seriam só para a Enel ou para todo o sistema do estado de São Paulo?

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Para São Paulo. Só para São Paulo.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Vinte e quatro funcionários para o estado de São Paulo?

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Para as sete concessionárias grandes e as 12 permissionárias, caso tenhamos que trabalhar em algum produto relacionado a elas.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Realmente 24 funcionários para o estado de São Paulo é uma brincadeira. Somente em relação também a esse convênio, vocês acham que, como ele é limitado, é possível ele ser remodelado e transferir mais atribuições nesse convênio entre a Aneel e a Arsesp?

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Sim, é possível uma remodelagem, uma mudança de escopo, uma melhoria dos produtos e talvez até uma melhor observação daquelas questões que efetivamente são críticas para o estado de São Paulo. É possível sim, isso a gente já tem conversas com a Aneel, e esperamos que no desenvolvimento do convênio tenhamos algumas alterações nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Vou deixar a última pergunta aqui, ela é um pouco técnica - a gente pegou com base nas apresentações anteriores aqui.

Divisão de Registro de Pronunciamentos

A pergunta é a seguinte: segundo o Art.1 da Lei nº 9.991, de 2000, as concessionárias e permissionárias dos serviços públicos de energia elétrica devem aplicar anualmente, no mínimo, 0,75% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento, e, no mínimo, 0,25% em programas de cota de eficiência energética. A Lei nº 14.120, de 2021, inseriu o inciso VI no Art. 1 da Lei nº 9.991, de 2000, permitindo que as concessionárias utilizem 80% da cota de eficiência energética em energia renovável nas edificações utilizadas pela administração pública - escolas, hospitais.

A Arsesp consegue fiscalizar se a Enel está aplicando esse 0,75% da sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento, e esse 0,25% em programas de eficiência energética?

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - A Arsesp não atua em produtos de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética, já foi um (Inaudível.) de atuação há muitos anos atrás da antiga CSPE, mas a Aneel tem uma área específica que tem essa atribuição, inclusive, de fiscalizar pesquisa e desenvolvimento e os projetos de eficiência energética. Isso é feito diretamente pela agência federal.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Não sei se mais alguns deputados... Você quem perguntou isso. (Fala fora do microfone.)

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - O serviço é federal, né? Quem faz a análise é o ente federal, isso não impede que o estado de São Paulo manifeste as suas considerações ao ente federal.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - A gente tem o direito de querer ou não querer continuar com o prestador de serviço. Então, eu não acho que deveria ser renovada automaticamente essa concessão, acho que tem que ter uma nova licitação e, aí sim, a gente conseguir (Inaudível.).

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Só para finalizar, eu, completando um pouco da pergunta da deputada Monica aos dois convidados, não sei a região que os senhores moram, mas como... Agora não como técnicos, não como

diretores da Arsesp, como consumidores. Vocês se sentem, com os seus filhos, com as suas esposas, confortáveis com o serviço, como consumidores, que a Enel presta a nós?

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Me permita, é que é muito difícil eu, como diretor de fiscalização da área, me ver somente como consumidor. Por óbvio, talvez meu bairro tenha uma qualidade de energia que seja melhor do que muitas outras localidades, que eu observo como diretor de fiscalização, mas, assim, tenha da Arsesp, de mim e de toda a minha equipe, que há sensibilidade para essas regiões em que o funcionário não está se sentindo bem atendido. Daí que a gente promove todas as nossas iniciativas, as nossas ações e o volume de trabalho hercúleo que todo esse grupo faz.

Então, é muito difícil distinguir, do ponto de vista de usuário, da minha casa. É um serviço que atende aos padrões, eu conheço, tem poucas falhas, mas eu não consigo me ver como usuário simplesmente, porque eu sei que existem outras localidades que, obviamente, o serviço não está sendo prestado nos mesmos níveis.

O SR. MARCUS VINICIUS VAZ BONINI - Eu, no meu caso, moro em Vinhedo. Então, é a CPFL Piratininga, e lá, como tem muito mato, vira e mexe cai árvore e tal. Eu não posso falar pela Enel.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Ainda não tem a CPI dela, né? Ainda é da Enel. Não, só, presidente, V. Exa. colocou em relação à questão tanto da... A questão da receita operacional em relação ao plano de eficiência, e foi dito que, na verdade, não é da Arsesp a responsabilidade. Mas no início da fala, foi apresentado que a fiscalização da Aneel, a responsabilidade... Só que a Arsesp ela faz a partir de uma delegação que a Aneel passa para a Arsesp.

Em relação a essas duas leis, também não poderia ser feito essa passagem (Inaudível.) de vocês, essa responsabilidade de também fazer esse acompanhamento?

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Eu tenho que verificar se há alguma restrição legal nos últimos regulamentos. De fato, o que é delegado é a questão da qualidade do serviço.

Quando a gente está falando de pesquisa e eficiência energética, até pelo próprio quadro que a Aneel tem hoje, talvez não exista o interesse em delegar essa

atividade de fiscalização especificamente a isso, mas, de qualquer forma, se for possível, acho que a Arsesp está aberta a também fazer.

É uma matéria que é muito interessante, claro, porque ela traz benefícios a consumo, e isso, do ponto de vista da Arsesp, do ponto de vista estratégico, também é interessante.

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Sr. Presidente, só queria finalizar a minha participação hoje, dizendo que foi muito importante a presença do Marcus Vinicius Vaz Bonini, do Marcos Roberto Lopomo, principalmente, no esclarecimento de que não é feita a regulação por parte da Arsesp.

Então, tenho certeza que o povo paulista que nos acompanha, os próprios colegas deputados, conseguem transmitir agora com mais firmeza, pelo menos da minha parte, com mais clareza, que o que é feito pela Arsesp é a fiscalização sob as condições estabelecidas pela Aneel, com apenas 24 heroicos funcionários.

Então, do ponto de vista do estado de São Paulo, na fiscalização tem sido feito o que é possível e o que é legalmente atribuído à agência. Então, fico feliz de ter participado dessa sessão, e levo meus cumprimentos a todos os funcionários da Arsesp.

O SR. MARCUS VINICIUS VAZ BONINI - Obrigado.

O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Quero, para finalizar, também não sei se tem alguma consideração final, é...

O SR. MARCUS VINICIUS VAZ BONINI - Se me permite, presidente, de colocar a Arsesp à disposição desta Casa sempre. O nosso papel é justamente buscar melhorar os nossos serviços para quem? Para o povo. Como aqui é a Casa do Povo, então, quero deixar... E, toda vez eu não canso de falar, a Arsesp está sempre à disposição desta Casa, e pedindo também sempre o apoio.

Nós fazemos o nosso melhor. Nós erramos? Erramos, mas a gente tenta corrigir sempre. A nossa luta é incansável no sentido de melhorar a vida do cidadão. Então, nós precisamos desta Casa, pedimos o auxílio e nos colocamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Quero agradecer a todos os colegas aqui, foi um pouquinho extenso, mas muito esclarecedor para todos nós. Obrigado, Dr. Marcus Bonini, Dr. Marcos Lopomo.

Assim como o deputado falou, parece que a gente está de mãos atadas aqui, porque a Arsesp acaba fiscalizando um contrato de uma empresa que foi concessionado por um ente público que, no caso, é a Aneel. A gente sabe da responsabilidade que vocês têm, do trabalho que vocês realizam.

E, assim como você falou, né, deputado? Esses heroicos 24 funcionários que fiscalizam todo o estado de São Paulo. Então, os 645 municípios para 24 pessoas, é um absurdo. Mas, muito obrigado a todos vocês.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

* * *

- Encerra-se a reunião.

* * *